

**cR**

Centro  
de Referência  
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo  
do Centro de Referência Paulo Freire**

**[acervo.paulofreire.org](http://acervo.paulofreire.org)**



InstitutoPauloFreire

Este livro foi disponibilizado pelo(a) autor(a) para **fins educacionais, não comerciais**, sob a licença Creative Commons 3.0 by-nc-nd. Pode ser acessado e copiado a partir do site do **Instituto Paulo Freire** (<http://www.paulofreire.org>), seção Editora e Livraria Instituto Paulo Freire e Centro de Referência Paulo Freire.

Com a licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0 Brasil (by-nc-nd),

#### Você tem a liberdade de:



**Compartilhar** — copiar, distribuir e transmitir a obra.

#### Sob as seguintes condições:



**Atribuição** - Você deve creditar a obra da forma especificada pelo autor ou licenciante (mas não de maneira que sugira que estes concedem qualquer aval a você ou ao seu uso da obra).



**Uso não-comercial** - Você não pode usar esta obra para fins comerciais.



**Vedada a criação de obras derivadas** - Você não pode alterar, transformar ou criar em cima desta obra.

#### Para mais informações sobre a licença, acesse:

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>

Este livro pertence ao catálogo da Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. Caso tenha interesse em adquiri-lo em sua versão impressa, favor entrar em contato com:

**Ed,L**

Editora e Livraria  
Instituto  
Paulo Freire

Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | Alto da Lapa  
05061-100 | São Paulo | SP | Brasil  
T/F: 11 3021 1168  
[editora@paulofreire.org](mailto:editora@paulofreire.org)  
[livraria@paulofreire.org](mailto:livraria@paulofreire.org)  
[www.paulofreire.org](http://www.paulofreire.org)

2

# EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

---

Moacir Gadotti

*Série Unifreire*

Ed,L

# **EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE**

Uma contribuição à Década da Educação para o  
Desenvolvimento Sustentável

Ed,L

Editora e Livraria  
Instituto  
Paulo Freire

# **EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE**

Uma contribuição à Década da Educação para o  
Desenvolvimento Sustentável

**Moacir Gadotti**

## EXPEDIENTE

### Instituto Paulo Freire

Moacir Gadotti	Presidente do Conselho Deliberativo
Alexandre Munck	Diretor Administrativo-Financeiro
Ângela Antunes	Diretora Pedagógica
Paulo Roberto Padilha	Diretor de Desenvolvimento Institucional
Salette Valesan Camba	Diretora de Relações Institucionais
Luana Vilutis	Coordenadora de Relações Internacionais
Jason Mafra	Coordenador da Unifreire
Janaina Abreu	Coordenadora Editorial
Lina Rosa	Preparadora de Textos
Maurício Ayer	Revisor
Kollontai Diniz	Capa, projeto gráfico, diagramação e arte-final
Cromosete	Impressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Gadotti, Moacir

Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável / Moacir Gadotti. — São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. — (Série Unifreire; 2)

Bibliografia.

ISBN: 978-85-61910-03-7

1. Desenvolvimento sustentável 2. Educação – Finalidades e objetivos  
I. Título. II. Série.

08-11090

CDD-370.115

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação sustentável 370.115

Copyright 2008 © Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Rua Cerro Corá, 550 | lj. 01 | 05061-100 | São Paulo | SP | Brasil

T: 11 3021 1168

editora@paulofreire.org | livraria@paulofreire.org | www.paulofreire.org

*A categoria sustentabilidade é central para a cosmovisão ecológica e, possivelmente, constitui um dos fundamentos do novo paradigma civilizatório que procura harmonizar ser humano, desenvolvimento e Terra entendida como Gaia.*

**Leonardo Boff**

# Sumário

Apresentação

**09**

Aliança mundial pela sustentabilidade

A Década no contexto da globalização  
Uma grande oportunidade para os sistemas de ensino

**19**

Sustentabilidade e bem viver

Polissemia do conceito de desenvolvimento sustentável  
Uma outra economia para o desenvolvimento sustentável

**41**

Educar para uma vida sustentável

Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade  
Educar para uma cultura da paz e da sustentabilidade  
Encontro da educação ambiental com a educação para a sustentabilidade

**61**

Sustentabilidade e modelo econômico

Grandes desafios da Década  
Um chamado para a ação transformadora

**87**

Considerações finais

**105**

Bibliografia

**109**

Os dados divulgados, entre 2006 e 2008, pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido pela sua sigla em inglês IPCC, provocaram debates em todo o mundo. Não há hoje tema tão preocupante como o do aquecimento global e o das mudanças climáticas. Mas ele não é novo. Alertas foram dados pelos ecologistas desde os anos 60 do século passado. Na Rio-92, 173 chefes de estado e de governo aprovaram um documento, a Agenda 21, para colocar o mundo na rota do “desenvolvimento sustentável”, um compromisso com as futuras gerações. O *Fórum Global*, na mesma ocasião, aprovou dois importantes e complementares documentos para uma “sociedade

sustentável”: a *Carta da Terra* e o *Tratado da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e a Responsabilidade Global*. Em 2002, as Nações Unidas lançaram a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)*. O mundo está se mobilizando, de diferentes maneiras, para evitar o pior. Contudo, as preocupações persistem e os grandes desafios ainda não foram superados.

— *O que a educação pode fazer nesse contexto?*

— Esta é a questão que desejamos enfrentar neste livro.

Cheguei à educação para o desenvolvimento sustentável por meio da Carta da Terra e da educação ambiental. Vejo que existe uma ligação estreita entre a iniciativa da Carta da Terra e a **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável** (Deds). Para Mikhail Gorbachev, presidente da Cruz Verde, a Carta da Terra é o “terceiro pilar” do **desenvolvimento sustentável**. O primeiro pilar é a própria Carta de Fundação das Nações Unidas; o segundo é a Declaração dos Direitos Humanos. Ele sustenta que a Carta da Terra precisa ser “universalmente adotada pela comunidade internacional” (Corcoran (org.), 2005, p.10). A Carta da Terra serviu de inspiração ética para os “Objetivos do Milênio” das Nações Unidas. Por isso, completa Peter Blaze Corcoran, professor da Florida Gulf Coast University, a Carta da Terra é uma “arca de esperança” (Idem, p.16), centrada no novo conceito de “modo de vida sustentável”.

Para Mirian Vilela, diretora executiva da Iniciativa Internacional da Carta da Terra, que escreveu sobre a história e o significado desta iniciativa (Idem, p.17-22), o processo de consulta impulsionado por Maurice Strong, secretário geral da Cúpula da Terra Rio-92, em todos os continentes, deu legitimidade mundial a esse documento: a Carta da

Terra é um movimento da sociedade civil planetária para “construir consensos e compartilhar valores” (Idem, p.22) na busca de um modo de vida justo e sustentável.

A Carta da Terra tem um grande **potencial educativo** ainda não suficientemente explorado, tanto na educação formal, quanto na educação não-formal. Por meio de sua proposta de diálogo intertranscultural, pode contribuir na superação do conflito civilizatório que vivemos hoje. Vivemos uma **crise de civilizações**. A educação poderá ajudar a superá-la. Os princípios e valores da Carta da Terra podem servir de base para a criação de um **sistema global de educação**, uno e diverso, sob a coordenação da Unesco, que poderá colocar uma base humanista comum para os sistemas nacionais de educação. Não se trata de formar um sistema ideologicamente único, o que seria uma iniciativa totalitária. Trata-se de realçar o que temos em comum. Se não tivermos nada em comum o que nos restará será a guerra. Precisamos realçar, antes de mais nada, o que nos une. Antes de realçarmos nossas diferenças, precisamos realçar o que temos em comum como seres humanos. Precisamos buscar o que é comum para a humanidade que está em todos nós. Os sistemas de educação são muito semelhantes em quase todo o mundo, apesar da imensa diversidade cultural existente. Isso tem vantagens e desvantagens. A desvantagem é que são sistemas rígidos, que resistem a mudanças; a vantagem é que uma inovação introduzida num sistema pode mais facilmente ser introduzida também em outros.

Está demonstrado que a degradação ambiental gera conflitos humanos. A Carta da Terra está servindo, em muitos casos, como base para a resolução de conflitos criados pelo modo insustentável de produzir e reproduzir a nossa existência no planeta, principalmente no cotidiano de muitas

peçoas – particularmente os jovens – que a adotaram em suas vidas. Ela nos ajuda a superar os **fundamentalismos** que hoje desafiam o convívio pacífico dos povos e nações do planeta. Como sustenta Abelardo Brenes, professor da Universidade da Paz das Nações Unidas, o princípio da responsabilidade universal estabelecido no preâmbulo da Carta da Terra “complementa a Declaração dos Direitos Humanos, reconhecendo cada pessoa como cidadão do mundo” (Idem, p.35). Toda e qualquer pessoa é igualmente responsável pela comunidade da Terra como um todo, mesmo que, individualmente, tenhamos diferentes ofícios, funções e responsabilidades.

Associar a Carta da Terra a outros documentos e convenções das Nações Unidas tem sido uma estratégia cada vez mais utilizada para desenvolver o seu potencial transformador. Entre aqueles documentos podemos destacar a *Campanha Mundial pela Educação para Todos*, a *Década da Alfabetização*, a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, a *Declaração dos Direitos das Crianças*, a *Agenda 21* e a *prevenção do HIV/Aids*. Sem dúvida, os valores da Declaração do Milênio coincidem plenamente com os valores defendidos pela Carta da Terra: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza, responsabilidade compartilhada.

Leonardo Boff, um dos fundadores da Teologia da Libertação e membro da Comissão da Carta da Terra, sustenta que a Carta da Terra “representa uma importante contribuição para uma visão holística e integrada dos problemas socioambientais da humanidade” (Idem, p.43). Ele sustenta que “o ser humano é um subcapítulo do capítulo da vida”. Por isso, o ser humano precisa “cuidar” de toda a comunidade de vida com “amor”, “a energia mais poderosa

que existe no ser humano e no universo” (Idem, p.44).

O encontro entre a **Agenda 21** e a Carta da Terra aconteceu porque há muitos pontos convergentes e complementares. Um novo modelo de desenvolvimento precisa de uma nova sustentação ética. Mas ainda estamos longe de uma verdadeira integração. Baseada em princípios e valores fundamentais, que deverão nortear pessoas e estados no que se refere ao desenvolvimento sustentável, a Carta da Terra servirá como uma base de sustentação ética para a Agenda 21. Uma vez aprovada pelas Nações Unidas (ainda nos empenhamos nisso), a Carta da Terra será o equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos no que concerne à sustentabilidade, à equidade e à justiça.

O projeto da Carta da Terra inspira-se em uma variedade de fontes, incluindo a ecologia, as tradições religiosas, a literatura sobre ética global, o meio ambiente e o desenvolvimento, a experiência prática dos povos que vivem de maneira sustentada, além das declarações e dos tratados intergovernamentais e não-governamentais relevantes. Nesse sentido, ela é um complemento imprescindível da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

No Instituto Paulo Freire (IPF), consideramos a Carta da Terra como um convite da Terra, uma mensagem, um guia para a vida sustentável e um chamado para a ação. Com essa visão ética é que incluímos a Carta da Terra como *tema gerador transversal* de todos os nossos projetos de atuação, tais como educação de adultos, alfabetização, educação cidadã, currículo, educação popular etc. como uma temática *intertransdisciplinar*. Construímos, para isso, o conceito e a visão de uma **ecopedagogia** (inicialmente chamada de “pedagogia do desenvolvimento sustentável”), como pedagogia apropriada à Carta da Terra, à educação ambiental

e à educação para o desenvolvimento sustentável (EDS). Como resultado desse percurso, apresentei, em parceria com Ângela Antunes, diretora pedagógica do IPF, um texto que foi publicado no livro organizado por Peter Blaze Corcoran, *A Carta da Terra em Ação* (2005).

A sustentabilidade é, para nós, o **sonho de bem viver**; sustentabilidade é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes. O educador Paulo Freire (1921-1997) dizia que tinha esperança, não por teimosia, mas por "imperativo histórico e existencial", como afirma no seu livro *Pedagogia da esperança* (Freire, 1992). Com base no pensamento da epígrafe deste livro, podemos afirmar que, hoje, a sustentabilidade também representa uma esperança e, tal como esta, a sustentabilidade tornou-se um imperativo histórico e existencial. Como sustenta Carlos Rodrigues Brandão (2008, p.136), sustentabilidade

opõe-se a tudo o que sugere desequilíbrio, competição, conflito, ganância, individualismo, domínio, destruição, expropriação e conquistas materiais indevidas e desequilibradas, em termos de mudança e transformação da sociedade ou do ambiente. Assim, em seu sentido mais generoso e amplo, a sustentabilidade significa uma nova maneira igualitária, livre, justa, inclusiva e solidária de as pessoas se unirem para construir os seus mundos de vida social, ao mesmo tempo em que lidam, manejam ou transformam sustentavelmente os ambientes naturais onde vivem e de que dependem para viver e conviver.

O primeiro contato com a cultura da sustentabilidade é estranho, difícil, complexo, porque não enxergamos a realidade dessa forma. Para implementar o princípio da sustentabilidade nos projetos e no Plano de Desenvolvimento Institucional do IPF, desenvolvemos, nos últimos anos, uma

**Pedagogia da Terra** (Gadotti, 2001) como sinônimo de ecopedagogia, centrada no paradigma Terra de sustentabilidade ecológica. Como disse Paulo Freire (2000, p.66-7), num de seus últimos escritos,

urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos fundamentais como o respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornamos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem que estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador (...). Neste sentido me parece uma contradição lamentável fazer um discurso progressista, revolucionário, e ter uma prática negadora da vida. Prática poluidora do mar, das águas, dos campos, devastadora das matas, destruidora das árvores, ameaçadora dos animais e das aves.

Consideramos hoje a Terra também como um oprimido, o maior de todos. Por isso, precisamos também de uma pedagogia desse oprimido que é a Terra. Precisamos de uma *Pedagogia da Terra* como um grande capítulo da pedagogia do oprimido, precisamos de uma ecopedagogia. A ecopedagogia é uma pedagogia centrada na vida: considera as pessoas, as culturas, os modos de viver, o respeito à identidade e à diversidade. Considera o ser humano em movimento, como ser "incompleto e inacabado", como diz Paulo Freire (1997), em permanente formação, interagindo com os outros e com o mundo. A pedagogia dominante centra-se na tradição, no que está congelado, no que produz humilhação para o aprendente pela forma como o aluno é avaliado. Na ecopedagogia, o educador deve acolher o aluno. A acolhida, o cuidado, é a base da educação para a sustentabilidade

promovida desde 2002 pelas Nações Unidas com a criação de uma “Década” dedicada a ela.

A ecopedagogia tem tudo a ver com a **educação para a sustentabilidade**. Como afirma Gro Harlem Brundtland no prefácio do Relatório das Nações Unidas *Our Common Future*,

a menos que sejamos capazes de traduzir nossas palavras em uma linguagem que atinja as mentes e corações das pessoas, velhas ou novas, não poderemos executar as extensas mudanças sociais necessárias para corrigir o curso do desenvolvimento.

Essa é uma das tarefas da educação para a sustentabilidade.

— *Por que prefiro falar em educação para a vida sustentável ou simplesmente **educação para a sustentabilidade**?*

— Educar para o desenvolvimento sustentável me parece um conceito limitado e limitador da educação. Não tem a abrangência necessária para se constituir em concepção organizadora da educação. O conceito de sustentabilidade é paradigmático, como vem sustentando Leonardo Boff em suas obras. O conceito de educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) não tem potencial para transcender a noção ambígua e vaga de desenvolvimento. Só uma visão crítica da EDS poderá nos fazer avançar.

Sem dúvida, devemos continuar caminhando também com esse conceito tão contraditório, como tantos outros, mas sem ignorar suas limitações. É o que nos permitirá transcendê-lo. Por outro lado, também não é o caso de ficar polarizando posições entre sustentabilidade e desenvolvimento ou entre educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável. Podemos mostrar criticamente as diferenças sem necessariamente abrir polêmicas inúteis e desmobilizadoras.

O tema da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável estão hoje em moda. Nesse contexto, esses termos acabaram assumindo diversas acepções e conotações, sendo usados, inclusive, para justificar o contrário do que significavam originalmente. Por isso, precisamos entendê-los de forma crítica. O que proponho, neste livro, não é rejeitá-los por eles serem ambíguos, mas aproveitar suas potencialidades e essa mesma ambiguidade para afirmar e disputar uma concepção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável que nos ajude a viver melhor nesse planeta, de forma justa, saudável, equilibrada e produtiva, em benefício de todos e de todas.

## Aliança mundial pela sustentabilidade

A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável foi instituída em dezembro de 2002 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, por meio da resolução n° 57/254. A resolução encomenda à Unesco a elaboração de um plano, enfatizando o papel da educação na promoção da sustentabilidade. Em maio de 2003, na Conferência de Ministros de Meio Ambiente, realizada em Kiev (Rússia), eles se comprometeram a promover, em seus respectivos países, um plano internacional de aplicação da Década.

Em 2006, a Unesco criou um **grupo de referência** para subsidiar a Secretaria da Década com insumos conceituais e

estratégias. A Secretaria da Unesco para a Década, com base em estudos e pesquisas sobre a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), está produzindo materiais educativos para a formação necessária para facilitar a emergência de uma reforma educacional que inclua a sustentabilidade como princípio e diretriz e que nos conduza a uma nova qualidade do ensino-aprendizagem. O Grupo de Referência da Década da Unesco tem como orientação básica cinco **estratégias**:

- estabelecer os princípios para uma *grande aliança mundial* pela sustentabilidade, governamental e não-governamental;
- concretamente, iniciar pela criação e acompanhamento dos trabalhos das *comissões nacionais* da Década;
- criar *centros de referência* em diferentes partes do mundo para fomentar a discussão, a pesquisa e a intervenção na EDS;
- estabelecer estreita ligação com outras iniciativas e décadas da ONU, tais como: Década da Alfabetização, Educação para Todos, HIV/Aids e os Objetivos do Milênio;
- estabelecer uma estratégia de comunicação e informação fortemente ancorada nas novas tecnologias e, particularmente, na internet.

Algumas alianças já estão sendo estabelecidas, como a aliança com a *Iniciativa da Carta da Terra*. A Unesco, em sua Conferência Geral de 2003, reconheceu a Carta da Terra como um quadro de referência importante para o desenvolvimento sustentável e, agora, para a EDS.

A primeira Conferência que tratou do tema da educação para o desenvolvimento sustentável foi a realizada em 1977, em Tbilisi, na Rússia. Mas foi só vinte anos depois que o tema retomou com a força dos tempos atuais na *Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade*, realizada pela Unesco, em Tessalônica (Grécia), de 8 a 12 de dezembro de 1997 e que reuniu mais de 1.200 técnicos de 84 países. Nela, insistiu-se muito na questão do “consumo responsável”.

Na Conferência, ficou evidente o papel dos consumidores, uma grande força que pode agir em direção a um estilo de vida mais sustentável. A **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável** (Deds) tem, portanto, precedentes históricos que precisam ser levados em conta. Em Tessalônica, já se falava da importância de introduzir o conceito de sustentabilidade na reorientação da educação formal, na mudança do padrão de produção e de consumo e na adoção de estilos de vida sustentáveis. O modo de vida é imposto pelas máquinas de publicidade das grandes corporações, mas não necessariamente somos determinados por elas. A participação e a mobilização dos consumidores pode ser decisiva para o êxito da Década. Nesse sentido, é importante criar a contrapropaganda à insustentabilidade, propondo uma comunicação alternativa com todos os públicos, visando ao **consumo sustentável**<sup>1</sup>.

1. Um guia publicado pela Unesco e pela Unep, em 2002, em parceria com algumas ONGs, trabalha o conceito de “consumo sustentável” e mostra, sobretudo para os jovens, de forma prática, como se pode levar um estilo de vida sustentável. Uma das estratégias é por meio da criação de grupos e redes de consumo responsável, trocando ideias, otimizando energias e descobrindo a “aldeia global” (Unesco/Unep, 2002)

Várias regiões já têm suas estratégias de implementação da Década. Entre elas: a Europa, a região da Ásia-Pacífico, a América Latina e Caribe<sup>2</sup>.

A **Europa** definiu sua estratégia em junho de 2005 numa reunião de alto nível dos ministros de Meio Ambiente e da Educação com a Comissão Econômica para a Europa, juntamente com o Comitê de Política Ambiental. Na estratégia da Europa destacam-se os objetivos de “formar os educadores para que possam incluir o desenvolvimento sustentável na sua atividade docente” e “garantir o acesso aos instrumentos e materiais necessários à EDS” (Naciones Unidas, 2005, p.4). A EDS faz parte dos quatro grandes programas de educação europeus: Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci e Grundtvig (Busch, 2007).

A Europa vem demonstrando uma preocupação muito grande, talvez até exagerada, com **indicadores de sustentabilidade**, difíceis de definir. Uma conferência internacional realizada em Berlim, nos dias 24 e 25 de maio de 2007, sobre a “Contribuição da Europa” para a Década, convocada pela Comissão Alemã da Unesco, discutiu em profundidade a questão dos indicadores, realçando sua importância e, ao mesmo tempo, alertando para que não se valorize apenas o que pode ser medido<sup>3</sup>. Essa preocupação está associada sobretudo ao que vem sendo demandado pela *United Nations Economic Commission for Europe* (Unece) em relação às **competências** relacionadas à sustentabilidade.

2. Segundo Aline Bory-Adams, secretária da Unesco da Deds, a Década “é um processo e precisa considerar as especificidades de cada país. Mesmo que seja possível identificar países onde a EDS já tenha ganhado visibilidade e já faça parte das prioridades educacionais, nós temos que respeitar o ritmo de cada país” (Bory-Adams, 2007, p.42).

3. Veja-se a esse respeito Scott; Reid; Nickel, 2007.

Os alemães desenvolveram o conceito de “*Gestaltungskompetenz*” para referir-se às competências e habilidades relacionadas com a EDS. Segundo Gerhard de Haan, professor da Universidade Livre de Berlim e presidente do Comitê Nacional Alemão para a DEDS, o conceito de “*Gestaltungskompetenz*”, algumas vezes traduzido para o inglês como *participation skills* (habilidades de participação), “foi formulado pensando exatamente na EDS. *Gestaltungskompetenz* é a capacidade de se aplicar o conhecimento sobre desenvolvimento sustentável e reconhecer os problemas que o desenvolvimento não-sustentável implica” (Haan, 2007, p.7). Em outro texto, ele traduz *Gestaltungskompetenz* como *shaping competence* (competência formadora) e divide esse conceito em dez partes: produzir conhecimento com espírito de abertura frente ao mundo, integrando novas perspectivas; pensar e agir de forma prospectiva; adquirir conhecimento e agir de forma interdisciplinar; ter habilidade de planejar e agir em cooperação com outras pessoas; ter habilidade de participar de processos decisórios; ter habilidade de motivar outras pessoas a serem ativas; ter habilidade de refletir sobre seus próprios princípios e os de outras pessoas; ter habilidade de planejar e agir de maneira autônoma; ter habilidade de demonstrar empatia e solidariedade com os menos favorecidos; ter habilidade de motivar a si mesmo a se tornar ativo (Haan, 2007a, p.12).

Segundo Alexander Leicht, chefe da Secretaria Alemã para Década da ONU, *Gestaltungskompetenz* inclui:

pensamento prospectivo e orientado para o futuro; conhecimento interdisciplinar complexo; e participação em processos sociais de tomada de decisão. Sendo assim, a EDS não trata apenas da criação de uma consciência ambiental. Ela está, na

verdade, mais preocupada em dar autonomia às pessoas para que elas tomem iniciativas orientadas pelo objetivo de um desenvolvimento viável e a longo prazo. (Leicht, 2005, p.27)

Indicadores são importantes, desde que eles não se fundamentem apenas em critérios de rentabilidade econômica. Como foi realçado na Conferência de Berlim, pode haver ambiguidades e dualismos entre indicadores e competências, em função dos diferentes modelos de competências. As competências em EDS não se resumem a seus aspectos cognitivos, já que implicam desafios, comportamentos, atitudes e intenções. Além do componente cognitivo, elas implicam certos componentes emocionais e motivacionais. Competências não se limitam à capacidade ou habilidade de um indivíduo resolver problemas. Elas implicam na capacidade de organizar seu próprio trabalho, de pensar criticamente, de trabalhar coletivamente, de sentir-se unido a uma comunidade humana, como se subentende na noção de *Gestaltungskompetenz*.

Além disso, ao se tratar de **competências** e de **indicadores**, deve-se estabelecer critérios de relevância e respeitar os diferentes contextos e níveis de ensino, o que não impede de buscar alguns aspectos em comum. Os governos comprometidos em incluir temas relacionados com a sustentabilidade precisam levar em conta os níveis de pobreza, a construção da paz, da justiça e da democracia, a segurança, os direitos humanos, a diversidade cultural, a equidade social e a proteção ambiental, entre outros temas. Isso vale também para a estratégia de implementação da Unece na Europa, como sustentou, na Conferência de Berlim, Arjen E.J. Wals, professor da Universidade de Wageningen (Holanda).

Entre as “boas práticas” da Europa, está a experiência das

eco-escolas da **Escócia** e da **Hungria**. A *Rede Húngara de Eco-escolas* compreende escolas cujo projeto pedagógico tem por base os valores da sustentabilidade, a educação ambiental, a educação para um modo de vida mais saudável e a educação para a participação democrática. Aproximadamente 6% (272) das escolas do país já fazem parte desta rede. Para fazer parte da rede, as escolas precisam demonstrar como acompanham e avaliam o seu plano de ação para a EDS.

A região **Ásia-Pacífico** desenvolveu sua estratégia regional com o apoio do *United Nations Environment Programme* (Unep) e da Universidade das Nações Unidas (Unesco-Bangkok, 2005). Destacamos, na estratégia desta região, o cuidado com a participação dos principais atores da EDS: ativistas sociais, governos, comunidades, setor privado, instituições de educação formal, sociedade civil, meios de comunicação social, jovens e agências internacionais. Para cada um desses setores e atores a estratégia da região Ásia-Pacífico dedica uma atenção especial. Destacamos ainda o papel dirigente da Unesco neste processo, principalmente da sua sede de Bangkok.

Aline Bory-Adams, responsável da Unesco-Paris pela Década, afirma que a Unesco tem **dois papéis** a desempenhar na Década: “catalizar, coordenar e apoiar os processos globais iniciados com o Plano Internacional de Implementação, principalmente apoiando a reorientação de sistemas educacionais” e “facilitar um ambiente que viabilize o êxito dos objetivos e metas da Deds” (Bory-Adams, 2007, p.41).

A **América Latina** definiu sua estratégia regional em novembro de 2006, num encontro latino-americano, em San José da Costa Rica (Unesco/Centro da Carta da Terra, 2007). A América Latina tem uma longa tradição do

movimento de **educação ambiental** ao qual vem se associando o desafio lançado pela Década da Educação para o desenvolvimento sustentável. Entre as linhas estratégicas da região, destacam-se: a articulação de esforços convergentes, a integração e harmonização da política educativa em cada país com a EDS, o fortalecimento de marcos normativos e políticas públicas para o seu incremento, a comunicação e a informação acerca do que é sustentabilidade e o fortalecimento da cooperação e da associação estratégica entre os diferentes setores e agentes do âmbito público, privado e da sociedade civil organizada.

Além das regiões mencionadas, vários países já têm planos ou estratégias nacionais para a EDS. Entre eles estão a Finlândia, o Japão, a Escócia, a Índia, a Suécia e a Alemanha.

A **Finlândia** envolveu fortemente a educação de adultos na Deds. Entre os princípios que orientam o seu plano estratégico da Década destacamos: a transparência, a interdisciplinaridade, a cooperação e construção de redes, a participação e a pesquisa (Finland, 2006). O Ministério da Educação da Finlândia publicou uma coletânea de artigos cujo tema é a implementação da Década na Finlândia no ensino superior (Kaivola, 2007).

O **Japão** foi um dos primeiros países a criar seu plano, no início de 2006, por intermédio de uma reunião interministerial (Educação e Meio Ambiente). O Plano de Ação da Deds do Japão coloca a EDS em conjunto com os Objetivos do Milênio e estabelece vários programas para promover a qualidade da educação com base no princípio da sustentabilidade, principalmente para a formação dos professores:

promovendo ativamente a EDS, temos o objetivo de ajudar todos/as a tomarem conhecimento da situação em que o mundo se encontra, futuras gerações, nossa sociedade e a relação das pessoas com ela, e participar da criação de uma sociedade sustentável (...). Dentro da diversidade de assuntos que envolvem o meio ambiente, a economia e a sociedade, o que se exige dos países desenvolvidos, inclusive do Japão, é a incorporação de considerações sobre o meio ambiente em seus sistemas socioeconômicos. Isso significa que precisamos mudar nossos estilos de vida e a nossa estrutura industrial baseada na produção, consumo e gasto de biomassa e estabelecer sistemas de consumo e produção sustentáveis que sejam seguros à biodiversidade. (Japan, 2006, p.4-5)

Na **Índia**, o Centro para a Educação Ambiental (CEE) de Ahmedabad, criado em 1984 e filiado a Fundação Nehru para o Desenvolvimento, tem-se destacado na promoção da Deds, com programas de formação em todo o país. Em novembro de 2007, o Centro para a Educação Ambiental foi responsável pela realização da IV Conferência Internacional sobre Educação Ambiental da Unesco.

O Plano Nacional de Ação da **Alemanha** reforça a Década como um “processo contínuo”, com uma “função integradora que promove a responsabilidade global”: “a importância do aprendizado informal e ao longo da vida cresce à medida que as instituições de educação tradicionais e os setores formais da educação precisam ser redefinidos conforme os processos de rápida mudança” (German Commission for Unesco, 2005, p.8). Entre os objetivos do Plano Nacional da Alemanha destaca-se a necessidade de promover a “cooperação internacional”. O programa *Transfer-21* coordenado por Gerhard de Haan, da Universidade Livre de Berlim, e promovido pelo Ministério Federal da Educação e da Pesquisa, desenvolve atividades

de EDS em nível nacional, produzindo materiais e promovendo a formação em *Gestaltungskompetenz*.

Mário Freitas, da Universidade do Minho, **Portugal**, propõe e defende que a Deds seja orientada para constituir-se numa **oportunidade** de: 1) aprofundar o debate teórico e prático acerca dos conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, sociedades sustentáveis; 2) promover um intenso e profícuo cruzamento de olhares, necessariamente diversos, para que se possa construir um futuro sustentável; 3) promover a emergência de abordagens epistemológicas e metodológicas complexas que valorizem a intertransdisciplinaridade e a intertransculturalidade; 4) criar condições para a emergência e fortalecimento de movimentos cívicos e populares não instrumentalizados pelo poder; 5) exigir do poder político e econômico a prestação clara, objetiva e pública de contas relativas aos compromissos assumidos; 6) criar amplas redes de partilha, divulgação e debate de experiências de sustentabilidade; 7) promover pesquisas e produzir conhecimentos voltados para a educação comunitária e popular (Freitas, 2007, p.135-6).

Para Carl Lindberg, assessor especial da Comissão Nacional Sueca da Unesco e membro do Painel de Alto Nível sobre a Deds,

esta é a nossa oportunidade de ouro – temos o comprometimento de professores de todos os níveis, diretores de escolas e universidades, estudantes, ministros da Educação e demais políticos da área da educação em todo o mundo – de levar os assuntos sérios a sério, de trabalhar com outras pessoas para mudar nossos sistemas educacionais em todos os níveis. (Lindberg, 2007, p.38)

## A Década no contexto da globalização

A globalização, impulsionada pela tecnologia, parece determinar cada vez mais nossas vidas. As decisões sobre o que nos acontece no dia-a-dia parecem nos escapar, por serem tomadas muito distante de nós, comprometendo nosso papel de sujeitos na história. Mas não é bem assim. Como fenômeno, como processo, a globalização é irreversível. Mas não esse tipo de globalização, esse modelo de globalização, o “globalista” (Ianni, 1996) ao qual estamos submetidos hoje: a **globalização capitalista**. Seus efeitos mais imediatos são o desemprego, o aprofundamento das diferenças entre os poucos que têm muito e os muitos que têm pouco, a perda de poder e de autonomia de muitos estados e nações. Há, pois, que distinguir os países que hoje comandam a globalização – os globalizadores (países ricos) – dos países que sofrem a globalização – os globalizados (pobres).

Dentro deste complexo fenômeno, podemos distinguir também a **globalização econômica**, realizada pelas transnacionais, da **globalização da cidadania**. Ambas se utilizam da mesma base tecnológica, mas com lógicas opostas. A primeira, submetendo estados e nações, é comandada pelo interesse capitalista; a segunda globalização – a “outra” globalização, como é chamada por Milton Santos (2000) – é a realizada pelas organizações da sociedade civil global. Essas organizações se reuniram pela primeira vez no Rio de Janeiro, em 1992, no **Fórum Global 92**, um evento dos mais significativos do final de século 20, dando um grande impulso à globalização da cidadania. Hoje, o debate em torno da Carta da Terra e da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, está se constituindo num fator importante de construção desta cidadania planetária.

Qualquer pedagogia, pensada fora da nova globalização e do movimento ecológico mundial, tem hoje sérios problemas de contextualização.

Diz a letra de uma música do cantor brasileiro Milton Nascimento: “Estrangeiro eu não vou ser / Cidadão do mundo eu sou”. Se as crianças de nossas escolas entendessem em profundidade o significado das palavras desta canção, estariam iniciando uma verdadeira revolução pedagógica e curricular. Como posso sentir-me estrangeiro em qualquer território desse planeta se pertenço a um único território, a Terra? Não há lugar estrangeiro para terráqueos na Terra. Se sou cidadão do mundo, não podem existir para mim fronteiras. As diferenças culturais, geográficas, raciais e outras enfraquecem diante do meu sentimento de pertencimento à humanidade, ao planeta Terra.

A noção de **cidadania planetária** (mundial) sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Ela se manifesta em diferentes expressões: “nossa humanidade comum”, “unidade na diversidade”, “nosso futuro comum”, “nossa pátria comum”. Cidadania planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstram uma **nova percepção da Terra** como uma única comunidade. Frequentemente associada ao “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação com a economia. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da **civilização planetária** e da ecologia. A Terra é “Gaia”, um superorganismo vivo e em evolução. O que for feito a ela repercutirá em todos os seus filhos.

A globalização não se constitui em si mesma num problema. Ela representa um processo de avanço sem precedentes na história da humanidade. Assim como não existe apenas

uma forma possível de mercado, não existe uma única globalização possível. O que vemos é a globalização hegemônica, na perspectiva do capital. Mas há outras formas possíveis. O que é problemático é a globalização competitiva, em que os interesses do mercado se sobrepõem aos interesses humanos, em que os interesses dos povos se subordinam aos interesses corporativos das grandes empresas transnacionais. Assim, podemos distinguir uma globalização competitiva de uma possível globalização cooperativa e solidária que, em outros momentos, chamamos de processo de **“planetarização”**. A primeira está subordinada apenas às leis do mercado e a segunda subordina-se aos valores éticos e à espiritualidade humana. Para essa segunda globalização é que a Carta da Terra e a educação para o desenvolvimento sustentável podem e devem dar uma contribuição importante.

— *Como se situa o movimento ecológico diante desse tema?*

— É importante notar, como o fez Alicia Bárcena no prefácio do livro de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado (1998), *Ecopedagogia e cidadania planetária*, que a formação de uma cidadania ambiental é um componente estratégico do processo de construção da democracia. Para ela, a cidadania ambiental é verdadeiramente planetária, pois no movimento ecológico o local e o global se interligam. A derrubada da floresta amazônica, ou de qualquer floresta do mundo, não é apenas um fato local. É um atentado contra a cidadania planetária. O ecologismo tem muitos e reconhecidos méritos na colocação do tema da planetaridade. Foi pioneiro na extensão do conceito de cidadania no contexto da globalização e também na prática de uma cidadania global de tal modo que hoje cidadania global e ecologismo fazem parte do mesmo campo de ação social,

do mesmo campo de aspirações e sensibilidades.

A **cidadania planetária** não pode ser apenas ambiental já que existem agências de caráter global com políticas ambientais que se sustentam numa visão capitalista. A cidadania planetária ultrapassa a dimensão ambiental. Implica compreender que a Terra é nossa casa comum: um organismo vivo e interdependente. Não adianta consertar o alicerce de apenas um cômodo desta casa. Não vamos salvar o planeta, salvando apenas a Amazônia. Manter o planeta Terra vivo é uma tarefa de todos nós, em todos os “cômodos da casa” e em suas diferentes dimensões: econômica, social, cultural, ambiental etc. A cidadania planetária não pode ser apenas ambiental porque a pobreza, o analfabetismo, as guerras étnicas, a discriminação, o preconceito, a ganância, o consumismo, o tráfico, a corrupção destroem a nossa casa, tiram a vida do planeta. A cidadania planetária implica entender a interdependência, a interconexão, a luta comum (há um desafio que é de todos nós, em todas as partes do planeta e nas diferentes dimensões) para todas as formas de vida em nossa casa. A cidadania planetária implica aprender a trabalhar em redes de forma intersetorial e compartilhada.

A cidadania planetária deverá ter como foco a superação das desigualdades, a eliminação das sangrentas diferenças econômicas e a integração intercultural da humanidade, enfim, uma cultura da **justipaz** (a paz como fruto da justiça). Não se pode falar em cidadania planetária ou global sem uma efetiva cidadania na esfera local e nacional. Uma cidadania planetária é, por excelência, uma **cidadania integral**, portanto, uma cidadania ativa e plena, não apenas em relação aos direitos sociais, políticos, culturais e institucionais, mas também em relação aos direitos econômicos. Ela

implica também a existência de uma democracia planetária. Portanto, ao contrário do que sustentam os neoliberais, estamos muito longe de uma efetiva cidadania planetária. Ela ainda permanece como projeto humano. Ela precisa fazer parte do próprio projeto da humanidade como um todo. Ela não será uma mera consequência ou um subproduto da tecnologia ou da globalização econômica.

## Uma grande oportunidade para os sistemas de ensino

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável se constitui numa grande oportunidade para a renovação dos currículos dos sistemas formais de educação. O apelo do documento das Nações Unidas é, sobretudo, para os “Estados membros”. O documento resgata a história de lutas por uma cultura da sustentabilidade, desde Estocolmo (1972), passando pelo Nosso Futuro Comum (1987), pela Rio-92, pelo Fórum de Educação de Dakar (2000) e pelos Objetivos do Milênio (2002).

A Década representa um meio de implementação do capítulo 36 da Agenda 21, buscando reorientar e potencializar políticas e programas educativos já existentes como o da educação ambiental e iniciativas como a da Carta da Terra. O capítulo 36 da Agenda 21 enfatiza que a educação é um “fator crítico” para promover o desenvolvimento sustentável e para desenvolver a capacidade das pessoas no que se refere às questões do meio ambiente e do desenvolvimento. O mesmo capítulo identifica quatro desafios básicos para implementar uma EDS: melhorar a educação básica, reorientar a educação existente para alcançar o desenvolvimento sustentável, desenvolver a compreensão pública, o

conhecimento e a formação.

— *Quais são os objetivos da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável?*

— O documento afirma textualmente (edição brasileira, maio de 2005):

o objetivo maior da Década é integrar princípios, valores, e práticas de desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e do ensino. Esse esforço educacional deve encorajar mudanças no comportamento para criar um futuro mais sustentável em termos da integridade do meio ambiente, da viabilidade econômica, e de uma sociedade justa para as atuais e as futuras gerações (...). O programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável exige que se reexamine a política educacional, no sentido de reorientar a educação desde o jardim da infância até a universidade e o aprendizado permanente na vida adulta, para que esteja claramente enfocado na aquisição de conhecimentos, competências, perspectivas e valores relacionados com a sustentabilidade. (Unesco, 2005, p.57)

Os **objetivos específicos** da Década, segundo a Unesco, são:

- facilitar as redes e os vínculos entre os ativistas que defendem a EDS;
- incrementar o ensino e a aprendizagem da EDS;
- ajudar os países na implementação dos Objetivos do Milênio por meio da EDS;
- oferecer aos países novas oportunidades para incorporar a EDS nos seus esforços de reforma educacional.

É uma ideia simples a de estimular mudanças de atitudes e comportamentos. Um instrumento de mobilização, difusão e informação que depende muito de parcerias,

principalmente, com ONGs. Um dos objetivos da Década é “facilitar vínculos e redes, trocas e interação entre atores sociais e Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, isto é, facilitar contatos, a criação de redes, o intercâmbio e a interação entre as partes envolvidas em EDS.

A Década vem reafirmando que a “educação é um elemento indispensável para que se atinja o desenvolvimento sustentável” (Idem, p.27), mas não é decisivo sem medidas de política econômica. A economia pode mudar se houver mobilização social contra o atual modelo capitalista insustentável. Uma EDS sem mobilização social contra o atual modelo econômico não alcançará suas metas. E isso está de acordo com o próprio documento quando afirma que “a economia global de mercado, como existe atualmente, não protege o meio ambiente e não beneficia metade da população mundial” (Idem, p.56).

Portanto, a EDS, para ser eficaz, deve ser uma educação eminentemente política. E isso também está no documento: “o desenvolvimento sustentável não busca preservar o *status quo*, ao contrário, busca conhecer as tendências e as implicações da mudança” (Idem, p.39). E conclui:

necessita-se de uma educação transformadora, uma educação que contribua para tornar realidade as mudanças fundamentais exigidas pelos desafios da sustentabilidade (...). Aprender no âmbito do programa EDS não pode, entretanto, limitar-se meramente à esfera pessoal – aprender deve levar a uma participação ativa na busca e aplicação de novos padrões de organização social e mudança. (Idem, p.42 e 45)

O que me parece problemático nos documentos da Década é a relação entre a **educação para o desenvolvimento sustentável** e a **educação ambiental**. Afirma-se que “a

educação para o desenvolvimento sustentável não deve ser equiparada à educação ambiental”. Educação ambiental é, segundo o documento,

uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente. Portanto, desenvolvimento sustentável engloba a educação ambiental, colocando-a no contexto mais amplo dos fatores socioculturais e questões sociopolíticas de igualdade, pobreza, democracia e qualidade de vida. (Idem, p.46)

Uma pesquisa realizada em novembro de 2004, durante o *V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental*, no Brasil, com mais de 1.500 participantes mostrou que apenas 18% conheciam a Década e 68% achavam inconveniente mudar a expressão “educação ambiental” para “educação para o desenvolvimento sustentável” porque, sustentavam, “a educação ambiental contém já elementos sociais e econômicos” e a educação para o desenvolvimento sustentável é “confusa conceitual e operativamente”. Argumentavam que a substituição da educação ambiental pela educação para o desenvolvimento sustentável “representa a perda de um capital simbólico construído na região com muita dificuldade e com grande potencial transformador”. Creio que devemos debater melhor a relação entre educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável para evitar esses equívocos.

Existe nas Nações Unidas um grande arcabouço legal de declarações e de programas, mas pouca efetividade. O impacto ainda é pequeno. Não há garantias de cumprimento das metas. Falta aperfeiçoar mecanismos de avaliação, acompanhamento, controle e monitoramento. Uma boa

iniciativa seria a de apoiar os “observatórios” pelo direito à educação e as “campanhas” já existentes em muitas partes do mundo.

A Década reconhece a Carta da Terra como uma “outra iniciativa internacional” (Unesco, 2005, p.41). Estranhamente ela aparece nas “Áreas do Desenvolvimento Sustentável” (sociedade, meio ambiente e economia), mas não a reconhece como estratégica e nem como movimento, como uma iniciativa global. Se a Carta da Terra for reconhecida como um movimento pela ética e como uma iniciativa global, uma causa global, ela deve aparecer também nas estratégias de implementação e não apenas como uma iniciativa a mais. Devido à sua experiência vivida de 16 anos de existência, a Carta da Terra pode contribuir muito na Década também na sua implementação, no seu acompanhamento e na sua avaliação crítica.

Concordo com o teor geral do documento das Nações Unidas. Contudo, gostaria que ele desse maior importância ao trabalho desenvolvido pelas ONGs e movimentos sociais. Somos essencialmente uma sociedade de **redes** e de **movimentos**. A Carta da Terra e a Deds deveriam estar presentes nos movimentos sociais como o Fórum Mundial de Educação (FME) e o Fórum Social Mundial (FSM). Elas teriam mais penetração nos movimentos sociais se estivessem associadas mais organicamente a esses Fóruns.

A *Declaração do Rio* (1992) sustenta que

todos os programas de desenvolvimento sustentável (...) devem considerar as **três esferas** da sustentabilidade: ambiente (recursos e fragilidade do ambiente físico), sociedade (incluindo cultura, participação, opinião pública e mídia) e economia (o crescimento econômico e seu impacto na sociedade e no meio ambiente).

Estas são as áreas chaves da EDS.

A respeito do impacto do conceito de sustentabilidade na educação formal, podemos considerar **dois níveis**:

- o *nível legal*: reformas educacionais (currículo, conteúdos).

A lei, a regra, pode introduzir novos comportamentos, mas nós precisamos de um outro nível:

- o nível de *compromisso das pessoas*, engajando o seu endosso (para uma vida sustentável), por um processo vírtico, biológico, intuitivo (não um processo mecânico ou racional), possibilitado por diferentes motivações (compaixão, amor, medo, raiva etc.).

A educação para o desenvolvimento sustentável, apesar de sua ambiguidade, é uma **visão positiva** do futuro da humanidade, um consenso apoiado por uma grande maioria. Com o aquecimento global, a Década tornou-se ainda mais atual, e pode contribuir para a compreensão das grandes crises atuais (água, alimento, energia etc.).

A EDS implica **mudar o sistema**, implica o respeito à vida, o cuidado diário com o planeta e o cuidado com toda a comunidade da vida. Isso significa, compartilhar valores fundamentais, princípios éticos e conhecimentos (respeito à Terra e a toda a diversidade da vida; cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; construção de sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas). A EDS é um ponto central do sistema educacional voltado para o futuro. Contudo, não é suficiente mudar o comportamento das pessoas; nós precisamos de iniciativas políticas.

O sistema formal de educação, em geral, é baseado em princípios predatórios, em uma racionalidade instrumental, reproduzindo valores insustentáveis. Para introduzir uma cultura da sustentabilidade nos sistemas educacionais nós precisamos reeducar o sistema. Ele faz parte do problema, não é somente parte da solução.

Estou convencido de que a sustentabilidade é um conceito poderoso, uma oportunidade para que a educação renove seus velhos sistemas, fundados em princípios e valores competitivos, e introduza uma cultura da sustentabilidade e da paz nas comunidades escolares, a fim de serem mais cooperativas e menos competitivas. De qualquer forma, nós necessitamos adaptar esse conceito às diferentes realidades. Há diferentes formas de aplicação deste conceito, dependendo do contexto: nós temos **diferentes compreensões**, por exemplo, na Europa, na África, no Iraque, no Afeganistão. Os riscos (vulnerabilidade) são globais, mas as soluções são locais e regionais. Nós podemos reduzir, mas não eliminar riscos. Aprender a viver com o risco é uma exigência da EDS. Precisamos reforçar a ideia de que não existe um modelo universal de EDS. Consequentemente, podemos ter **diferentes abordagens** de EDS, diferentes pedagogias e métodos para traduzir esta visão comum em nível local.

A EDS é um conceito *integrativo* (integra educação, saúde, trabalho, ciências etc.) e *interativo*. Precisamos, por exemplo, estabelecer um diálogo entre **EDS** e as estratégias da **educação para todos** (EPT). A EPT já fez um longo caminho (Jomtien, Dacar...), enquanto a EDS está apenas começando. Precisamos criar sinergias entre estes dois processos e usar o conceito de sustentabilidade para implementar uma nova qualidade da educação formal, uma educação

socioambiental. Neste momento, os países ricos têm dado mais atenção à EDS e os países pobres, devido a sua realidade, têm dado mais atenção a EPT (Wade, 2007).

— *Qual é a diferença de abordagem entre esses dois movimentos?*

— A EPT refere-se à educação básica, ao sistema formal, às necessidades básicas de aprendizagem, às escolas, à alfabetização, ao direito à educação. Basicamente, a EPT envolve apenas o Ministério da Educação. Ao contrário, o movimento da EDS vai além da educação básica e da educação formal. É também não-formal e envolve a educação ao longo de toda a vida (nível social, sistemas e organizações). A EDS serve para reorientar o currículo. Ela é mais emancipatória e envolve outros ministérios, como o do Meio Ambiente, Agricultura etc.

## Sustentabilidade e bem viver

O conceito de desenvolvimento sustentável, embora tenha aparecido só em 1987, no Relatório Brundtland, tem importantes **antecedentes históricos**. Ele remonta aos anos 60. Em 1968 foi fundado o **Clube de Roma**, um grupo de economistas e cientistas que advertiram a humanidade sobre o ritmo do “crescimento” (Meadows, 1972), que poderia levar, como está levando, a um limiar que, se ultrapassado, poria em risco a sobrevivência da espécie. Esse conceito estava presente também em 1972 na **Conferência de Estocolmo** (Suécia)<sup>4</sup>, em cuja Declaração sobre o

4. Este foi o primeiro grande evento internacional no qual a República Popular da China participou como novo membro das Nações Unidas. A Conferência foi presidida pelo ecologista canadense Maurice Strong.

Meio Ambiente manifestava preocupação sobre o uso dos recursos naturais. Dois anos depois (1974), o ambientalista Lester Brown criou uma organização, o Worldwatch Institute para pesquisar o tema, cujos resultados foram publicados dez anos depois (1984) no relatório *State of The World Report*, com dados muito preocupantes sobre os impactos ambientais do modelo econômico dominante<sup>5</sup>.

A Conferência de Estocolmo preocupou-se também com o problema da pobreza e da distribuição de renda, mas o foco mesmo era a *poluição* causada pelas atividades humanas, particularmente pelo desenvolvimento industrial, que degradavam o meio ambiente. Os países ricos reconheceram que eram eles que mais poluíam a Terra, mas não discutiram como evitar a poluição. Diziam que era o custo que se pagava pelo “progresso”.

Em 1982, a ONU aprovou a *Carta da Natureza*, defendendo todos os tipos de vida e criou (1983) a *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* liderada pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem

---

Somente dois chefes de estado participaram desta Conferência: Olof Palme, primeiro ministro da Suécia, e Indira Gandhi, primeira ministra da Índia. “Ela viajou para Stockholm para enfatizar o estreito vínculo entre a deterioração do meio ambiente e a pobreza. Ela sustentou que um problema não poderia ser resolvido sem o outro. As sementes do conceito de desenvolvimento sustentável foram semeadas” (Sarabhai et alii, 2007, p.1).

5. Segundo Egbert Tellegen (2006, p.7), “o primeiro documento a colocar o ‘desenvolvimento sustentável’ na agenda mundial do meio ambiente foi a ‘Estratégia de Conservação Mundial’ (World Conservation Strategy), uma publicação conjunta de duas organizações internacionais de preservação da natureza: International Union for the Conservation of Nature e World Wildlife Fund, juntamente com a Agência de Proteção do Meio Ambiente, das Nações Unidas” (IUCN, Unep and WWF, 1980).

Brundtland, para formular propostas de superação desse impasse. Seu relatório saiu quatro anos depois (1987) com o nome *Nosso Futuro Comum*, também chamado de “Relatório Brundtland”, em que aparece pela primeira vez o termo “desenvolvimento sustentável”, definido nos seguintes termos:

o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.

O Relatório Brundtland estabelece algumas **condições** para o desenvolvimento sustentável (WCED, 1987, p.65):

- um sistema político que garanta a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- um sistema econômico capaz de gerar superávit e conhecimento técnico em bases confiáveis e constantes;
- um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não-equilibrado;
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; e
- um sistema administrativo que seja flexível e capaz de se autocorrigir.

A consagração do conceito de “desenvolvimento sustentável” deu-se, definitivamente, com a Rio-92, a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*, também chamada de Eco-92. Seu maior resultado foi a **Agenda 21**, contendo um conjunto de propostas e objetivos para reverter o processo de degradação do meio ambiente. Cinco anos depois (1997), um Protocolo assinado por 84 países (não os Estados Unidos) em **Quioto**, no Japão, previa a redução da emissão de dióxido de carbono e de outros gases que provocam o efeito estufa. Como se sabe, o **efeito estufa** é provocado pelo excesso de gases na atmosfera. O dióxido de carbono faz parte desses gases. Quando a radiação solar atinge a Terra, parte dos raios é absorvida pela sua superfície e parte é reenviada para o espaço. Uma quantidade muito elevada de gases na atmosfera, como o dióxido de carbono e o metano, faz com que a Terra absorva uma quantidade maior de raios solares, provocando um aquecimento excessivo.

Um dos organismos das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) vem trabalhando com o conceito de “desenvolvimento humano sustentável”, ampliando o seu sentido inicial e enfatizando as várias dimensões necessárias para o desenvolvimento de um povo, abrangendo não só o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental, mas também a erradicação da pobreza, a promoção da equidade, a inclusão social, igualdade de gênero e raça e a participação política, todos considerados como fatores importantes na promoção de um “modo de vida sustentável”, como sustenta a **Carta da Terra**.

Na Rio+10 organizada pela ONU em Johannesburgo, em 2002, na África do Sul, constatou-se o fracasso das medidas

tomadas dez anos antes. O mundo tomava conhecimento de que a maior consciência ecológica que se seguiu à Rio-92 não fora suficiente para evitar o desastre confirmado logo a seguir (2006 e 2007) pelo **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas** (IPCC). O aquecimento global já não é um episódio distante. Seus efeitos já começam a fazer-se sentir em todo o planeta. Agora já ultrapassamos o limiar apontado pelo Clube de Roma em 1968. Em poucos anos, pela ação dos seres humanos – agora está comprovado – ficou demonstrado “cientificamente” que o aquecimento global é uma realidade. Não temos mais escolha: ou mudamos o nosso modo de produzir e reproduzir nossa existência no planeta ou simplesmente morreremos. Ou inventamos um novo modo de viver ou morreremos. Os dados do IPCC mostraram que a principal causa do aquecimento global é a ação humana. A temperatura do planeta poderá subir até o final do século entre 1,8 a 4°C, com graves consequências para todos os ecossistemas da Terra.

O relatório da ONU mostrou que a taxa de aumento da emissão de gás-estufa está no setor de energia, que cresceu 145% nos últimos 15 anos, o setor de transporte cresceu 120%, o setor industrial cresceu 65% e o setor florestal, por meio do desmatamento e das queimadas, que cresceu 40%. Em princípio, todos podemos contribuir para reduzir a emissão de gases-estufa, mudando nosso **estilo de vida**, utilizando menos energia (desligar a luz, colocar o ar condicionado não tão frio...), usando transporte coletivo, deslocando-se mais à pé, trabalhando mais em casa (pela internet) etc. Precisamos olhar para dentro de nós mesmos e para nossos padrões de consumo insustentáveis. Os relatórios do IPCC nos alertam para o fato de que já passamos do limite. Agora temos que criar estratégias para

sobreviver, primeiro nos preparando para as mudanças e, segundo, diminuindo os efeitos negativos do aquecimento global rearborizando o planeta, por exemplo.

## Polissemia do conceito de desenvolvimento sustentável

Apesar de toda essa discussão, os termos “sustentável” e “desenvolvimento” continuam vagos e controversos<sup>6</sup>. Por isso, precisamos qualificar cada um deles. Estamos tentando dar a esses conceitos um novo significado. De fato, “sustentável” é um termo que, associado ao desenvolvimento, sofreu um grande desgaste. Enquanto para alguns é apenas um rótulo, para outros ele tornou-se a própria expressão de um absurdo lógico: desenvolvimento e sustentabilidade seriam logicamente incompatíveis. Para nós, “sustentável” é mais do que um qualificativo do desenvolvimento econômico. Ele vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Ele implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta, e, mais ainda, com o próprio universo. A **sustentabilidade** que defendemos refere-se ao próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos, como seres humanos.

Esse é um dos temas que deverão dominar os debates educativos das próximas décadas. O que estamos estudando nas escolas? Não estaremos construindo uma ciência e uma

cultura que estão servindo apenas para a degradação do planeta e dos seres humanos? A categoria sustentabilidade deve ser associada à **planetaridade**, isto é, uma visão da Terra como um novo paradigma. Complexidade, holismo, transdisciplinaridade aparecem como categorias associadas ao tema da planetaridade. Que implicações tem essa visão de mundo sobre a educação? O tema remete a uma *cidadania planetária*, à *civilização planetária*, à *consciência planetária*. Uma **cultura da sustentabilidade** é também, por isso, uma cultura da planetaridade, isto é, uma cultura que parte do princípio de que a Terra é constituída por uma só comunidade de humanos, os terráqueos, e que são cidadãos de uma única nação.

Esse debate já teve início com o surgimento do conceito de “desenvolvimento sustentável” utilizado pela primeira vez pela ONU em 1979, indicando que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que deveria incluir as dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais e não somente as dimensões econômicas. Muitas foram as **críticas** feitas a esse conceito posteriormente, muitas vezes pelo seu uso reducionista e sua trivialização, apesar de aparecer como “politicamente correto” e “moralmente nobre”. José Gutiérrez Pérez e María Teresa Pozo, da Universidade Autónoma de Nuevo León (México), afirmam que a expressão desenvolvimento sustentável

converteu-se num tipo de instrumento multiuso que colocou em contato ambientalistas e imobiliárias, empresários e conservacionistas, políticos e gestores, sem que pelo simples fato do uso comum do termo nada se tenha feito; muito pelo contrário, com a confusão gerada, quem mais ganhou têm sido os defensores do neoliberalismo, pois o termo desenvolvimento pode significar qualquer coisa dependendo de como

6. Há uma tendência de aplicação do conceito de sustentabilidade a tudo o que é considerado bom, como um conceito guarda-chuva. O mercado considera “desenvolvimento sustentável” como sinônimo de “responsabilidade social”

se olhe e com que finalidades se empregue. Diante de uma dócil aparência de neutralidade semântica, podemos ver como seu uso polissêmico permite aceções diametralmente opostas (Pérez & Pozo, 2006, p.28).

Como não poderia deixar de ser, a mesma crítica que é feita à expressão “desenvolvimento sustentável”, por extensão, é feita à EDS. Pablo Ángel Meira Cartea, também da Universidade Autónoma de Nuevo León (México), sustenta que a EDS é orientada pela ideologia neoliberal do mercado: “não encontramos razões de caráter lógico, epistemológico, teórico-pedagógico, metodológico ou ideológico para aceitar sem mais que a EDS seja ou possa chegar a ser algo substancialmente distinto, superior ou mais eficaz do que a educação ambiental” (Cartea, 2006, p.42). Mesmo levando em conta essas críticas, entendemos que a EDS é, portanto, a EDS, como foi concebida pela IV Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, realizada em Ahmedabad (Índia), de 24 a 28 de novembro de 2007, representa uma grande oportunidade para a educação ambiental. Não é o caso de ficarmos polarizando conceitos, mas de manter a nossa radicalidade, na prática, enquanto educadores ambientais.

Há outras expressões que têm uma base conceitual comum e se complementam, tais como: “desenvolvimento humano”, “desenvolvimento humano sustentável” e “transformação produtiva com equidade” (Cepal, 1990). A expressão “desenvolvimento humano” tem a vantagem de situar o ser humano no centro do desenvolvimento. O conceito de “desenvolvimento humano” tem como eixos centrais a “equidade” e a “participação”. É um conceito ainda em evolução e se opõe à concepção neoliberal de desenvolvimento. Concebe a sociedade desenvolvida como

uma sociedade equitativa, esta a ser alcançada por meio da participação das pessoas.

Assim como o conceito de desenvolvimento sustentável, também o conceito de desenvolvimento humano é muito amplo e, por vezes, ainda vago. As Nações Unidas, nos últimos anos, passaram a usar a expressão “desenvolvimento humano” como indicador de qualidade de vida fundado em índices de saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo, que são também os indicadores de uma **sociedade sustentável**, isto é, uma sociedade capaz de satisfazer as necessidades das gerações de hoje sem comprometer a capacidade e as oportunidades das gerações futuras.

As **críticas** ao conceito de desenvolvimento sustentável e à própria ideia de sustentabilidade vêm do fato de que o ambientalismo muitas vezes trata separadamente as questões sociais e as questões ambientais. O movimento conservacionista surgiu como uma tentativa elitista dos países ricos no sentido de reservar grandes áreas naturais para serem preservadas para o seu lazer e a sua contemplação. A Amazônia, por exemplo. Não se tratava propriamente da sustentabilidade do planeta, mas, muito mais, da continuação de seus privilégios, em contraste com as necessidades da maioria da população do mundo. Sem uma preocupação social, o conceito de “desenvolvimento sustentável” esvazia-se de sentido. Por isso, devemos falar muito mais do “socioambiental” do que do “ambiental”, buscando não separar as necessidades do planeta das necessidades humanas. Os ecologistas, os ambientalistas e todos nós precisamos convencer a maioria da população, a população mais pobre, de que se trata não apenas de limpar os rios, despoluir o ar, reflorestar os campos devastados para vivermos num planeta melhor

num futuro distante. Trata-se de dar uma solução, simultaneamente, aos **problemas ambientais** e aos **problemas sociais**. Os problemas de que trata a ecologia não afetam apenas o meio ambiente. Afetam o ser mais complexo da natureza que é o ser humano.

O conceito de “desenvolvimento” não é um conceito neutro. Ele tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano. O conceito já foi utilizado numa visão colonizadora, durante muitos anos, nos quais os países do globo foram divididos entre “desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “sub-desenvolvidos”... remetendo-se sempre a um único padrão de industrialização e de consumo. Ele supõe que todas as sociedades devam orientar-se por uma única via de acesso ao bem-estar e à felicidade, a serem alcançados apenas pela acumulação e consumo de bens materiais. Metas de desenvolvimento foram impostas pelas **políticas econômicas neocolonialistas** dos países chamados “desenvolvidos”, em muitos casos, com enorme aumento da miséria, da violência e do desemprego. Junto com esse modelo econômico, com seus ajustes por vezes criminosos, foram transplantados valores éticos e ideais políticos que levaram à desestruturação de povos e nações. Não é de se estranhar, portanto, que muitos tenham reservas quando se fala em desenvolvimento sustentável. Essa concepção e essa prática desenvolvimentista e colonialista do desenvolvimentismo levou o planeta ao estado de agonia. Temos hoje consciência de que uma iminente catástrofe pode se abater sobre nós, se não traduzirmos essa consciência em atos para retirar do desenvolvimento essa visão predatória e concebê-lo de forma mais holística, antropológica e menos economicista.

A **polissemia** do conceito de “desenvolvimento sustentável” tomou e ainda está tomando muito tempo de discussão. Ele continua **um conceito em disputa**. Como diz Gabriela Scotto, é “um conceito com muita fama e pouco consenso” (Scotto *et alii*, p.8). Todos reconhecem a **ambiguidade** dessa expressão, que é reconhecida, de um lado, como uma esperançosa revolução e, do lado oposto, como a realização do sonho liberal norte-americano. Por isso, muitos se negam a reconhecer na Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável uma nova oportunidade de transformações socioambientais e econômicas. Se conceitualmente pode-se discutir os termos dessa Década, na prática, todos sabemos facilmente o que é e o que não é sustentável. Insustentável é a fome, a miséria, a violência, a guerra, o analfabetismo etc. O critério de superação dessa questão é a prática. Afinal, muitos outros conceitos são ambíguos, como são os conceitos de cultura, de democracia, de cidadania, autonomia, justiça etc. Muitos conceitos possuem significados diferentes conforme o contexto e os autores que os defendem. O grande número de definições desses conceitos não impede que os consideremos essenciais para as nossas vidas. Damos a eles o conteúdo prático que nossos princípios e valores sociais e políticos lhes conferem. Por isso, não podemos deixá-los ambíguos. Precisamos explicitar o seu sentido e o seu significado.

A ambiguidade só será superada na prática. Os debates teóricos são importantes, mas eles têm um limite sem a sua utilização prática. Planos concretos darão mais consistência teórica à Década, superando propostas generalistas. Afinal, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, propondo novos modos de produção e de reprodução da vida – novos modos ou estilos de vida sustentável –, dependem,

na sua prática, da correlação de forças políticas existentes na sociedade. A prática deverá necessariamente superar a ambiguidade estabelecida pela “vaguidade” dos conceitos nela apresentados.

Quando falamos em vida sustentável a entendemos como um modo de vida de bem-estar e **bem viver para todos**, em harmonia (equilíbrio dinâmico) com o meio ambiente: um modo de vida justo, produtivo e sustentável. Amartya Sen (2000), em seu livro *Desenvolvimento com liberdade*, concebe o progresso da humanidade como um processo de expansão das liberdades das pessoas e dos povos, distanciando-se da concepção de um único modo de produzir e reproduzir a existência, ligado à industrialização e ao crescimento econômico. O essencial é garantir as liberdades das pessoas construir sua vida e seu bem estar da forma como o desejarem. O que os governos devem fazer é oferecer oportunidades para que todos e todas possam desenvolver seus talentos, por meio da garantia universal dos direitos econômicos, individuais e culturais além dos direitos sociais e políticos. As liberdades estão hoje interligadas planetariamente. Por isso, a democracia precisa ser também planetária e radical.

Está claro que entre **sustentabilidade** e **capitalismo** existe uma incompatibilidade de princípios. Essa é uma contradição de base que pode inviabilizar a ideia de um desenvolvimento sustentável. Tenta-se conciliar dois termos inconciliáveis. O fracasso da Agenda 21 o demonstra. Como pode existir um crescimento com equidade, um crescimento sustentável, numa economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada e pela exploração do trabalho? Levado às suas últimas consequências, o projeto do desenvolvimento sustentável coloca em questão não só o crescimento

econômico ilimitado e predador da natureza, mas o próprio modo de produção capitalista. Desenvolvimento sustentável só tem sentido numa **economia solidária**, uma economia regida pela “compaixão” e não pelo lucro<sup>7</sup>.

O tema do desenvolvimento sustentável está ainda muito centrado na ecologia. Ele precisa ser mais tratado por políticos e economistas como está sendo feito por Joan Martínez Alier (2007), da Universidade Autônoma de Barcelona, um dos mais destacados economistas ecológicos do mundo, e Ignacy Sachs (2007), presidente do Grupo Consultivo de *experts* da Iniciativa dos Biocombustíveis da Unctad. Sachs foi assessor do secretário executivo da Cúpula da Terra (Rio-92). Segundo Joan Martínez Alier (2007), os pobres favorecem mais a conservação dos recursos naturais e são os que sofrem mais os impactos dos problemas ambientais do que as nações ricas. Para ele, “o enfrentamento entre o crescimento econômico, a iniquidade e a degradação ambiental deve ser analisado nos marcos das relações de poder” (Alier, 2007, p.356).

Os graves problemas socioambientais e as críticas ao modelo de desenvolvimento foram gerando na sociedade uma expansão da consciência ecológica nas últimas décadas.

7. “A economia solidária é uma nova maneira de nomear, conceituar e interconectar muitos tipos de valores econômicos transformadores, práticas e instituições que existem em todo o mundo. Ela inclui, mas não é limitada pelo consumo socialmente responsável, trabalho e investimento; cooperativas de trabalhadores, consumidores, produtores e credores; empreendimentos solidários, sindicatos progressistas, empreendimentos comunitários, microcrédito, e cuidado com o trabalho não pago. A economia solidária trata ainda de unir essas diferentes formas de economia transformadora numa rede de solidariedade: solidariedade com uma visão compartilhada, solidariedade com a troca de valores, a solidariedade com os oprimidos.” Disponível em [www.transformationcentral.org](http://www.transformationcentral.org), acessado em agosto de 2007.

Embora essa consciência não tenha ainda provocado mudanças profundas no modelo econômico e nos rumos das políticas governamentais, algumas experiências concretas apontam para uma crescente sociedade sustentável em marcha, como o demonstrou a *Conferência de Assentamentos Humanos Habitat II*, organizada pelas Nações Unidas em Istambul, na Turquia, em 1997. Nessa Conferência foram apresentadas experiências concretas de combate à “crise urbana” – como violência, desemprego, falta de habitação, de transporte, de saneamento – que vem degradando o meio ambiente e a qualidade de vida. Essas experiências apontam para o nascimento de uma **cidade sustentável**. Políticas de sustentabilidade econômica e social, aos poucos, vêm surgindo, constituindo-se em verdadeira esperança de que podemos, em tempo, enfrentar nossos desafios globais.

## Uma outra economia para o desenvolvimento sustentável

Hoje, a **economia solidária** destaca-se como um rico processo em curso no mundo, regido pelos princípios da *solidariedade*, da *sustentabilidade*, da *inclusão* e da *emancipação social*. Nesse sentido, ela representa uma grande esperança:

a economia solidária é um movimento de alcance global que nasceu entre os oprimidos e os velhos e novos excluídos, aqueles cujo trabalho não é valorizado pelo mercado capitalista, sem acesso ao capital, às tecnologias e ao crédito. É deles e dos ativistas e promotores da economia solidária que emergem a aspiração e o desejo de um novo paradigma de organização da economia e da sociedade. (Loureiro (org.), 2003, p.162)

Trata-se, na verdade, de uma **desmercantilização do processo econômico**, programa básico de construção de um novo socialismo hoje. Essa desmercantilização não significa desmonetarização ou o fim do mercado, mas sim

a eliminação do lucro como categoria. O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas ainda não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nessa direção, com todas as consequências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. (Wallerstein, 2002, p.36).

Nesse programa, a educação desempenha um papel muito destacado. A economia popular e solidária incorporou, desde os seus primórdios, o tema da ecologia e do **desenvolvimento sustentável**. Essa incorporação representa uma possibilidade de ampliação do âmbito dos empreendimentos de socioeconomia solidária, assim como ocorreu com a incorporação do enfoque de gênero, o enfoque dos direitos humanos e da defesa do controle social local. **Sustentabilidade** e **solidariedade** são temas emergentes e convergentes.

Cada vez mais se associa “desenvolvimento sustentável” e “economia solidária”, como foi destacado pela *Carta de Princípios da Economia Solidária* do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Fbes):

a economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

Todavia, enquanto o campo da economia solidária está cada vez mais bem definido, o conceito de desenvolvimento sustentável sofre, como vimos, de certa ambiguidade. Como aponta Leonardo Boff (2002, p.55), o conceito de desenvolvimento sustentável origina-se numa economia excludente e, a sustentabilidade, no paradigma inclusivo da ecologia.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem a ver com o que Maurice Strong chamou, na Cúpula da ONU de 1972 (Estocolmo), de “**ecodesenvolvimento**”, um desenvolvimento voltado para o bem-estar das pessoas, que satisfaça as necessidades humanas sem destruir o meio ambiente (crescer e preservar), recriado, mais tarde por Ignacy Sachs em seu livro *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir* (1986). Segundo o Relatório Brundland, o conceito de “desenvolvimento sustentável” é bem simples: trata-se do desenvolvimento “que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Cmmdad, 1988, p.46). E me parece que esse conceito é ainda válido, apesar de seu caráter amplo.

Na Cúpula da Terra (Rio-92), o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou maior visibilidade no documento aprovado pelos 173 chefes de estado e de governo presentes, com o título **Agenda 21**, que prevê a cooperação internacional e a transferência de tecnologia dos países ricos para os países pobres. Esse documento, porém, não conseguiu superar a ambiguidade apontada por Leonardo Boff. A Agenda 21 não toca, por exemplo, na insustentabilidade intrínseca do modelo capitalista de produção. David Pepper (1992, p.13) escreveu logo após a realização da Rio-92:

muitos verdes exprimiram o seu desalento com os pobres resultados da Cimerá. Isto deve querer dizer que, de alguma maneira, esperavam que as nações mais ricas do mundo sacrificassem uma parte substancial das suas riquezas e, mais importante ainda, os meios de obtê-las, para ajudar as nações mais pobres na proteção dos ambientes que agora se vêem obrigados a destruir para sobreviverem e se desenvolverem no sistema econômico mundial. Deveríamos, no entanto, entender que sendo nações capitalistas, os EUA, a CEE, o Japão e outras iguais não o podem fazer de uma maneira séria e permanente sem deixar de ser o que são.

O pensamento de David Pepper foi profético: passados quinze anos, esses países ainda estão devendo uma resposta “séria e permanente”.

Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente respeitoso das diferenças. Como diz Luis Razeto (2001, p.60),

enfrentar a deterioração ecológica não se alcança simplesmente detendo o crescimento da economia atual, pois, mesmo deixando de crescer, continuaria gerando graves desequilíbrios meio-ambientais no nível no qual são produzidos atualmente ou, quem sabe, ainda mais agravados (...). É evidente que recuperar o meio ambiente supõe abundantes atividades econômicas novas, que devem ser implementadas conforme a lógica de uma economia ecologicamente apropriada.

Desenvolvimento sustentável supõe, portanto, que existam diversos modos sustentáveis de viver. A fórmula correta seria viver feliz, em harmonia com o meio ambiente, sem destruí-lo. O tema é complexo e não pode ser visto de forma sectária.

A **economia solidária** se constitui num rico processo em curso, regido pelos princípios da *solidariedade*, da *sustentabilidade*, da *inclusão social* e da *emancipação*. Nesse sentido ela representa uma grande esperança. Uma de suas características marcantes é o seu sistema de gestão, nitidamente distinto do setor privado capitalista. A gestão capitalista está ligada ao acúmulo do capital e ao lucro, ao passo que a gestão solidária está ligada à melhoria da qualidade de vida dos associados, ao empreendimento solidário, a um modo de vida sustentável e ao bem viver da população. São princípios ético-políticos antagônicos aos da gestão dos negócios capitalistas que é dirigida apenas aos seus dirigentes e proprietários.

A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. A eficiência econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais das práticas solidárias.

Necessitamos de uma economia que não coloque o mercado livre e o lucro como o centro de tudo. Existem relações, recursos naturais, bens públicos, conhecimento, educação e, sobretudo, os seres humanos, que não devem estar sujeitos ao mercado livre. Não é só de comida que todos os seres humanos precisam. Precisam de dignidade, de poder para decidir sobre sua existência, precisam de cultura, conhecimentos e saberes. Precisam, por isso, de autodeterminação.

Para mudar o modo pelo qual os homens hoje produzem e reproduzem a sua existência é preciso mudar a lógica que preside esse modo de existir humano. Não se trata de extinguir a riqueza e o mercado que a faz circular. Trata-se

de fazer circular a riqueza com uma outra lógica: da lógica da concentração para a lógica da desconcentração, da lógica da competição que comanda o mercado livre para a lógica da cooperação que comanda o mercado solidário. Só podemos revolucionar o nosso modo de existir no planeta interferindo nessa lógica. Ele só pode ser transformado, superado, pela introdução de uma outra lógica, com alternativas econômica, política e socialmente viáveis. Uma das alternativas apontadas pela *Carta de Princípios da Economia Solidária* é associar a **economia solidária** ao **desenvolvimento sustentável**. Essa associação levará necessariamente a uma ressignificação positiva do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é também uma arena no qual várias concepções e práticas estão em luta.

## Educar para uma vida sustentável

A sensação de pertencimento ao universo não se inicia na idade adulta e nem por um ato de razão. Desde a infância, sentimo-nos ligados a algo que é muito maior do que nós. Desde criança nos sentimos profundamente ligados ao universo e nos colocamos diante dele num misto de espanto e de respeito. E, durante toda a vida, buscamos respostas ao que somos, de onde viemos, para onde vamos, enfim, qual o sentido da nossa existência. É uma busca incessante e que jamais termina. A educação pode ter um papel nesse processo se colocar questões filosóficas fundamentais, mas também se souber trabalhar ao lado do conhecimento, essa nossa capacidade de nos encantar com o universo.

Hoje, tomamos consciência de que o **sentido das nossas vidas** não está separado do sentido do próprio planeta. Diante da degradação das nossas vidas no planeta, chegamos a uma verdadeira encruzilhada entre um *caminho tecnozóico*, que coloca toda a fé na capacidade da tecnologia de nos tirar da crise sem mudar nosso estilo poluidor e consumista de vida, e um *caminho ecozóico*, fundado numa nova relação saudável com o planeta, reconhecendo que somos parte do mundo natural, vivendo em harmonia com o universo, caracterizado pelas atuais preocupações ecológicas. Fazemos **escolhas!** Nem sempre temos clareza delas. A educação carrega de intencionalidade nossos atos. Precisamos ter consciência das implicações de nossas escolhas. O processo educacional pode contribuir para humanizar o nosso modo de vida. Temos que fazer escolhas. Elas definirão o futuro que teremos.

Todavia, não podemos realmente entender esses dois caminhos como caminhos antagônicos. Eles podem ser orientados paralelamente e não se opor um ao outro. Foi pela via tecnozóica que o ser humano pôde chegar à Lua e ver a Terra, ao longe, fixa entre seus dedos. Tecnologia e humanismo não se contrapõem. Mas, é claro, houve excessos no nosso estilo poluidor e consumista de vida impulsionados pela tecnologia e por um paradigma econômico insustentável. Esse é que tem que ser posto em causa. E esse é um dos papéis da educação sustentável ou ecológica.

Mesmo com essas ambiguidades, o conceito de desenvolvimento sustentável, visto de forma crítica, tem um **componente educativo** formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. É aqui que entra em cena a Pedagogia da Terra, a ecopedagogia. Ela

é uma pedagogia para a **promoção da aprendizagem** do “sentido das coisas a partir da vida cotidiana”, como dizem Francisco Gutiérrez e Cruz Prado (1998). Encontramos o sentido ao caminhar, vivenciando o contexto e o processo de abrir novos caminhos e de caminhar. É, por isso, uma pedagogia democrática e solidária.

A pesquisa de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado sobre a ecopedagogia originou-se na preocupação com o sentido da vida cotidiana. A formação está ligada ao espaço-tempo no qual se realizam concretamente as relações entre o ser humano e o meio ambiente e os seres humanos entre eles mesmos. Elas se dão, sobretudo, ao nível da sensibilidade, muito mais do que no nível da consciência. A relação homem–natureza é também uma relação que se dá ao nível da subconsciência. Por isso, precisamos de uma **ecoformação** para torná-la consciente. E a ecoformação necessita de uma **ecopedagogia**. Como destaca Gaston Pineau (1992), uma série de referenciais se associam para isso: a inspiração bachelardiana, os estudos do imaginário, a abordagem da transversalidade, da transdisciplinaridade e da interculturalidade, o construtivismo e a pedagogia da alternância.

Precisamos de uma ecopedagogia e uma ecoformação hoje, precisamos de uma **Pedagogia da Terra**, justamente porque sem essa pedagogia para a re-educação do homem/mulher, principalmente do homem ocidental, prisioneiro de uma cultura cristã predatória, não poderemos mais falar da Terra como um lar, como uma toca, para o “bicho-homem”, como dizia Paulo Freire. Sem uma **educação para uma vida sustentável**, a Terra continuará apenas sendo considerada como espaço de nosso sustento e de nosso domínio técnico-tecnológico, um ser para ser dominado, objeto de nossas pesquisas, ensaios e, algumas vezes, de nossa contemplação.

Mas não será o espaço de vida, o espaço do aconchego, de “cuidado”, como sustenta Leonardo Boff (1999).

Não aprendemos a amar a Terra apenas lendo livros sobre isso, nem livros de ecologia integral. A experiência própria é fundamental. Plantar e seguir o crescimento de uma árvore ou de uma flor, caminhando pelas ruas da cidade ou aventurando-se numa floresta, sentindo o cantar dos pássaros nas manhãs ensolaradas, observando como o vento move as plantas, sentindo a areia quente de nossas praias, olhando para as estrelas numa noite escura. Há muitas formas de encantamento e de emoção frente às maravilhas que a natureza nos reserva. É claro, existe a poluição, a degradação ambiental para nos lembrar de que podemos destruir essa maravilha e para formar nossa consciência ecológica e nos mover à ação. Observar uma plantinha que cresce viçosa no meio de uma parede de cimento. Acariciá-la, contemplar com ternura o pôr do sol, cheirar o perfume de uma folha de pitanga, de goiaba, de laranja ou de um cipreste, de um eucalipto... são múltiplas formas de viver em relação permanente com esse planeta generoso e compartilhar a vida com todos os que o habitam ou o compõem. A vida tem sentido, mas ele, o sentido, só existe em relação. Como diz o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade: “Sou um homem dissolvido na natureza. Estou florescendo em todos os ipês”.

Isso Drummond só poderia dizer aqui na Terra. Se estivesse em outro planeta do sistema solar ele não diria o mesmo. Só a Terra é amigável para com o ser humano. Os outros planetas são francamente hostis a ele, embora tenham sido originados na mesma poeira cósmica. Existirão outros planetas fora do sistema solar que abrigam a vida, talvez a vida inteligente? Se levamos em conta que a matéria

da qual se originou o universo é a mesma, é muito provável. Mas, por ora, só temos um que é nosso amigo. Temos que aprender a amá-lo.

## Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade

É no contexto da evolução da própria ecologia que surge e ainda engatinha, o que chamamos de “ecopedagogia”, inicialmente chamada de “pedagogia do desenvolvimento sustentável” (Gutiérrez & Prado, 1998) e que hoje ultrapassou esse sentido. A ecopedagogia está se desenvolvendo seja como **movimento pedagógico** seja como **abordagem curricular**.

Como a ecologia, a ecopedagogia também pode ser entendida como um *movimento social e político*. Como todo movimento novo, em processo, em evolução, ele é complexo e, pode tomar diferentes direções. Ele pode ser entendido diferentemente como são compreendidas as expressões “desenvolvimento sustentável” e “meio ambiente”. Existe uma visão capitalista do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente a qual, por ser antiecológica, pode ser considerada como uma “armadilha”, como sustenta o teólogo Leonardo Boff. Mas existe também uma visão emancipadora. Como todo movimento novo, o campo da ecologia é também um campo de disputas ideológicas.

A ecopedagogia implica uma *reorientação dos currículos* para que incorporem certos princípios. Esses princípios deveriam, por exemplo, orientar a concepção dos conteúdos e a elaboração dos livros didáticos. Jean Piaget nos ensinou que os currículos devem contemplar o que é significativo para o aluno. Sabemos que isso é correto, mas incompleto.

Os conteúdos curriculares têm que ser significativos para o aluno, e só serão significativos para ele se esses conteúdos forem significativos também para a saúde do planeta.

Colocada neste sentido, a ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como **projeto alternativo global** em que a preocupação não está apenas na preservação da natureza (ecologia natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (ecologia social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (ecologia integral), que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portando, a um *projeto utópico*: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Aqui está o sentido profundo da ecopedagogia, ou de uma *Pedagogia da Terra*, como a chamamos (Gadotti, 2001).

A **ecopedagogia** não se opõe à **educação ambiental**. Ao contrário, para a ecopedagogia a educação ambiental é um pressuposto básico. A ecopedagogia incorpora-a e oferece-lhe estratégias, propostas e meios para a sua realização concreta. Foi justamente durante a realização do **Fórum Global 92**, no qual se discutiu muito a educação ambiental, que se percebeu a importância de uma pedagogia do desenvolvimento sustentável ou de uma *ecopedagogia*. Hoje, porém, a ecopedagogia tornou-se um movimento e uma perspectiva da educação maior do que uma pedagogia do desenvolvimento sustentável. Ela está mais para a **educação sustentável**, para uma **ecoeducação**, que é mais ampla do que a educação ambiental. A educação sustentável não se preocupa apenas com uma relação saudável com o meio ambiente, mas com o *sentido* mais profundo do que fazemos com a nossa existência, a partir da vida cotidiana.

Enquanto o modelo de desenvolvimento dominante hoje no planeta aponta para a insustentabilidade planetária, o conceito de desenvolvimento sustentável aponta para a sustentabilidade planetária. Aqui se encontra a força mobilizadora desse conceito. O desafio é mudar de rota e caminhar em direção à sustentabilidade por uma outra globalização, por uma **alterglobalização**. Para que a **sustentabilidade** aponte para essa outra globalização podemos desdobrá-la em dois eixos, o primeiro relativo à natureza e o segundo relativo à sociedade:

- **sustentabilidade ecológica, ambiental e demográfica** (recursos naturais e ecossistemas), que se refere à base física do processo de desenvolvimento e com a capacidade da natureza de suportar a ação humana, com vistas à sua reprodução e aos limites das taxas de crescimento populacional;
- **sustentabilidade cultural, social e política**, que se refere à manutenção da diversidade e das identidades, diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas, da justiça distributiva e ao processo de construção da cidadania e da participação das pessoas no processo de desenvolvimento.

Por outro lado, precisamos também distinguir, sem separar, a educação **sobre** o desenvolvimento sustentável, da educação **para** o desenvolvimento sustentável. A primeira refere-se à tomada de consciência, à discussão teórica, à informação e aos dados sobre o desenvolvimento sustentável; a segunda refere-se a como utilizar a educação como meio para construir um futuro mais sustentável. Trata-se, portanto, de ir além da discussão teórica. Trata-se de dar exemplo

de vida sustentável. A **educação para o desenvolvimento sustentável** é mais do que uma base de conhecimentos relacionados com o meio ambiente, a economia e a sociedade. A EDS deve ocupar-se da aprendizagem de atitudes, perspectivas e valores que orientam e impulsionam as pessoas a viverem mais sustentavelmente suas vidas. As crises criadas pelos seres humanos no planeta estão mostrando, todos os dias, que somos seres irresponsáveis. Educar para o desenvolvimento sustentável é educar para tomar consciência dessa irresponsabilidade e superá-la.

Esse início de milênio caracteriza-se por um enorme avanço tecnológico e também por uma enorme imaturidade política: enquanto a internet nos coloca no centro da era da informação, o governo do humano continua muito pobre, gerando misérias, deterioração e guerras sem fim. Quinhentas empresas transnacionais controlam 25% da atividade econômica mundial e 80% das inovações tecnológicas. A **globalização econômica capitalista** enfraqueceu os estados nacionais impondo limites para a sua autonomia, subordinando-os à lógica econômica das transnacionais. Gigantescas dívidas externas governam países e impedem a implantação de políticas sociais equalizadoras. As empresas transnacionais trabalham para 10% da população mundial que se situa nos países mais ricos, gerando uma profunda e inadmissível exclusão. Esse é o cenário da travessia para uma outra globalização.

Os **paradigmas clássicos** estão esgotando suas possibilidades de responder adequadamente a esse novo contexto. Não conseguem explicar essa travessia, muito menos, passar por ela. Há uma crise de inteligibilidade diante da qual muitos falsos profetas e charlatães oferecem soluções mágicas. Uma nova espiritualidade surge muito bem aproveitada

pelas mercorreligiões. A resposta dada pelo estatismo burocrático e autoritário é tão ineficiente quanto o neoliberalismo do deus mercado. O neoliberalismo propõe mais poder para as transnacionais e os estatistas (estadistas) propõem mais poder para o estado, reforçando as suas estruturas.

No meio de tudo isso está o cidadão comum, que não é nem capitalista nem estado. A resposta parece estar além destes dois modelos clássicos e muito além de uma suposta “terceira via”, que deseja apenas dar sobrevida ao capitalismo, provocando ainda maior exclusão social. A resposta parece vir hoje do fortalecimento do controle cidadão frente ao estado e ao mercado. É a sociedade civil fortalecendo sua capacidade de governar-se e de criar mecanismos de gestão pública não-estatal. Aqui entra o papel importante da educação e da formação para a cidadania ativa. E isso não pode constituir-se apenas num compromisso ecológico, mas ético-político, alimentado por uma pedagogia, isto é, por uma ciência da educação e uma prática social definida. Nesse sentido, a ecopedagogia, inserida nesse **movimento sócio-histórico**, formando cidadãos capazes de escolher os indicadores de qualidade do seu futuro, constitui-se numa pedagogia inteiramente nova e radicalmente democrática.

O Movimento pela Ecopedagogia ganhou impulso, sobretudo, a partir do primeiro encontro internacional da *Carta da Terra na Perspectiva da Educação*, organizado pelo Instituto Paulo Freire, com o apoio do Conselho da Terra e da Unesco, de 23 a 26 de agosto de 1999, em São Paulo, e do primeiro *Fórum Internacional sobre Ecopedagogia*, realizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Portugal), de 24 a 26 de março de 2000. Desses encontros surgiram os **princípios** orientadores desse movimento contidos numa Carta da Ecopedagogia.

Eis alguns deles: o planeta como uma única comunidade; a Terra como mãe, organismo vivo e em evolução; uma nova consciência que sabe o que é sustentável, apropriado, o que faz sentido para a nossa existência; a ternura para com essa casa, que é o nossa planeta Terra; a justiça sociocósmica: a Terra é um grande pobre, o maior de todos os pobres; uma pedagogia biófila, que promove a vida: envolver-se, comunicar-se, compartilhar, problematizar, relacionar-se, entusiasmar-se; o caminhar com sentido na vida cotidiana; uma racionalidade intuitiva e comunicativa, afetiva, não instrumental; reeducar o olhar, o coração, os sentidos; uma cultura da justipaz e da sustentabilidade.

As **pedagogias clássicas** são antropocêntricas. A ecopedagogia parte de uma consciência planetária (gêneros, espécies, reinos, educação formal, informal e não-formal...). Ampliamos o nosso ponto de vista. De uma visão antropocêntrica para uma consciência planetária, para uma prática de cidadania planetária e para uma nova referência ética e social: a **civilização planetária**.

O movimento pela ecopedagogia, surgido no seio da Iniciativa da Carta da Terra, está dando apoio ao processo de sua discussão e disseminação, indicando uma metodologia apropriada que não seja a metodologia da simples “proclamação” governamental, de uma declaração formal, mas a tradução de um processo vivido de participação crítica da “demanda”, como dizem Francisco Gutiérrez e Cruz Prado (1998).

Gaia, igual vida. Muitos entendem que é ilegítimo considerar a Terra como um organismo vivo. Esta qualidade a Terra não teria. Enxergamos a vida apenas pela percepção que temos da nossa e da vida dos animais e das plantas. É verdade, não temos o distanciamento que têm, no espaço,

os astronautas, mas podemos ter o mesmo distanciamento dos astronautas no tempo, muito mais dilatado que o nosso próprio tempo de vida. A “hipótese Gaia”, que concebe a Terra como um superorganismo complexo, vivo e em evolução, encontra respaldo na sua história bilionária. A primeira célula apareceu a 4 bilhões de anos. De lá para cá, o processo evolucionário da vida não cessou de se complexificar, formando ecossistemas interdependentes dentro do macrossistema Terra, que por sua vez é um microsistema, se comparado com o macrossistema Universo. Só conseguimos entender a Terra como um ser vivo nos distanciando dela no tempo e no espaço.

Para nos dimensionar como membros de um imenso cosmos, para assumirmos novos valores, baseados na solidariedade, na afetividade, na transcendência e na espiritualidade, para superar a lógica da competitividade e da acumulação capitalista, devemos trilhar um caminho difícil. Nenhuma mudança é pacífica. Mas ela não se tornará realidade, orando, rezando ou simplesmente pelo nosso puro desejo de mudar o mundo. Como nos ensinou Paulo Freire (1997), mudar o mundo é urgente, difícil e necessário. Mas para mudar o mundo é preciso conhecer, ler o mundo, entender o mundo, também cientificamente, não apenas emocionalmente, e, sobretudo, intervir nele, organizadamente.

O racionalismo deve ser condenado sem condenarmos o uso da razão. A lógica racionalista nos levou a saquear a natureza, nos levou à morte em nome do progresso. Mas a razão também nos levou à descoberta da **planetaridade**. A poética e emocionante afirmação dos astronautas de que “a Terra é azul” foi possível depois de milhares de anos de domínio racional das leis da própria natureza. Devemos

condenar a racionalização sem condenar a racionalidade. Ao chegar à Lua, pela primeira vez, o astronauta Neil Armstrong afirmou: “um pequeno passo para o homem e um grande passo para a humanidade”. Dizendo isso, ele estava representando a todos nós.

Isso foi possível por meio de um descomunal esforço humano coletivo que levou em conta todo o conhecimento técnico, científico e tecnológico acumulado até então pela humanidade. Isso não é nada desprezível. Se hoje formamos redes de redes no emaranhado da comunicação planetária pela internet, isso foi possível graças ao uso tanto da imaginação, da intuição, da emoção, quanto da razão, pelo gigantesco e sofrido esforço humano para descobrir como podemos viver melhor neste planeta, como podemos interagir com ele. Fizemos tudo isso, muitas vezes, de forma equivocada, é verdade. Consideramo-nos “superiores” pela nossa racionalidade e exploramos a natureza sem cuidado, sem respeito por ela. Não nos relacionamos com a Terra e com a vida com emoção, com afeto, com sensibilidade. Nesse campo, estamos apenas engatinhando. Mas estamos aprendendo.

Estamos assistindo hoje ao nascimento do cidadão planetário. Ainda não conseguimos imaginar todas as consequências desse evento singular. No momento sentimos, percebemos, emocionamo-nos com esse fato, mas não conseguimos adequar nossas mentes e nossas formas de vida a esse acontecimento espetacular na história da humanidade. Percebemos, como sustenta Edgar Morin (1993), que é necessário tudo ecologizar.

## Educar para uma cultura da paz e da sustentabilidade

Hoje sabemos que podemos destruir toda a vida no planeta, como vêm mostrando os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas. Uma ação conjunta global é necessária, um movimento como grande obra civilizatória de todos e de todas é indispensável para realizarmos essa **outra globalização**, essa planetarização, fundamentada em outros princípios éticos que não os que nos conduziram à exploração econômica, à dominação política e à exclusão social. O modo pelo qual vamos produzir nossa existência neste pequeno planeta decidirá sobre a sua vida ou a sua morte, e a de todos os seus filhos e filhas. A Terra deixou de ser um fenômeno puramente geográfico para se tornar um fenômeno histórico.

Os paradigmas clássicos, fundados numa visão industrialista predatória, antropocêntrica e desenvolvimentista, estão se esgotando, não dando conta de explicar o momento presente e de responder às necessidades futuras. Precisamos de outros paradigmas, fundados numa visão sustentável do planeta Terra. O globalismo é essencialmente insustentável. Ele atende primeiro às necessidades do capital e depois às necessidades humanas. E muitas das necessidades humanas a que ele atende, tornaram-se “humanas” apenas porque foram produzidas como tais para servirem ao capital.

Precisamos de uma pedagogia da Terra, fundamentada num novo paradigma, o paradigma Terra, uma pedagogia apropriada para esse momento de reconstrução paradigmática, apropriada à **cultura da sustentabilidade** e da paz. Ela vem se constituindo gradativamente, beneficiando-se de

muitas reflexões que ocorreram nas últimas décadas, principalmente no interior do movimento ecológico. Ela se fundamenta num paradigma filosófico (Paulo Freire, Leonardo Boff, Sebastião Salgado, Boaventura de Sousa Santos, Edgar Morin, Milton Santos) emergente na educação que propõe um conjunto de saberes e valores interdependentes, necessários para uma **vida sustentável**. Chamamos de vida sustentável o estilo de vida que harmoniza a ecologia humana e a ambiental mediante tecnologias apropriadas, economias de cooperação e o empenho individual. É um estilo de vida intencional que se caracteriza pela responsabilidade pessoal, serviço aos demais e uma vida espiritual com sentido. Um estilo de vida sustentável relaciona-se com a ética na gestão do meio ambiente e na economia, buscando satisfazer as necessidades de hoje em equilíbrio com as necessidades das futuras gerações.

Entre os princípios pedagógicos, saberes e valores de uma cultura da paz e da sustentabilidade e de uma educação voltada para o futuro, podemos destacar:

- **Educar para pensar globalmente.** Na era da informação, diante da velocidade com que o conhecimento é produzido e envelhece, não adianta acumular informações. É preciso saber pensar. E pensar a realidade. Não pensar pensamentos já pensados. Daí a necessidade de recolocarmos o tema do saber aprender, do saber conhecer, das metodologias. Educar para entender que a casa é uma só. Educar para transformar em nível local e global. Há lutas que são planetárias. A sobrevivência do Planeta Terra é uma causa comum. Educar para não ser omissos, indiferentes e nem coniventes com a destruição da vida em qualquer parte do planeta.

- **Educar os sentimentos.** O ser humano é o único ser vivente que se pergunta sobre o sentido de sua vida. Educar para sentir e ter sentido, para cuidar e cuidar-se, para viver com sentido em cada instante das nossas vidas. Somos humanos porque sentimos e não apenas porque pensamos. Somos parte de um todo em construção.
- **Ensinar a identidade terrena** como condição humana essencial. Nosso destino comum: compartilhar com todos sua vida no planeta. Nossa identidade é ao mesmo tempo individual e cósmica. Educar para conquistar um vínculo amoroso com a Terra, não para explorá-la, mas para amá-la.
- **Formar para a consciência planetária.** Compreender que somos interdependentes. A Terra é uma só nação e nós, os terráqueos, os seus cidadãos. Não precisaríamos de passaportes. Em nenhum lugar na Terra deveríamos nos considerar estrangeiros. Separar primeiro mundo de terceiro significa dividir o mundo para governá-lo a partir dos mais poderosos; essa é a divisão globalista entre globalizadores e globalizados, o contrário do processo de planetarização.
- **Formar para a compreensão.** Formar para a ética do gênero humano, não para a ética instrumental e utilitária do mercado. Educar para comunicar-se. Não comunicar para explorar, para tirar proveito do outro, mas para compreendê-lo melhor. Inteligente não é aquele que sabe resolver problemas (inteligência instrumental), mas aquele que tem um projeto de vida solidário. Porque a solidariedade não é hoje apenas um valor. É condição de sobrevivência de todos.
- **Educar para a simplicidade voluntária** e para a **quietude**. Nossas vidas precisam ser guiadas por novos valores:

simplicidade, austeridade, quietude, paz, serenidade, saber escutar, saber viver juntos, compartilhar, descobrir e fazer juntos. Precisamos escolher entre um mundo mais responsável frente à cultura dominante que é uma cultura de guerra e passar de uma responsabilidade diluída a uma ação concreta, compartilhada, praticando a sustentabilidade na vida diária, na família, no trabalho, na escola, na rua. A simplicidade que defendemos não se confunde com a simploriedade, e a quietude não se confunde com a cultura do silêncio. A simplicidade tem que ser voluntária como a mudança de nossos hábitos de consumo, reduzindo nossas demandas. A quietude é uma virtude, conquistada com a paz interior e não pelo silêncio imposto. A quietude tem a ver com ouvir, escutar, conhecer, aprender com o outro. Diferente do chegar falando, com o discurso pronto, ditando normas, impondo o discurso único. Quietude tem a ver com criar condições para muitas narrativas, hoje silenciadas, ganharem vida.

Em 2007, durante uma pescaria, recebi de meu pai, um agricultor de 93 anos, uma lição de simplicidade voluntária: “filho, você só deve possuir a terra que seus braços podem cultivar”, afirmando que se pode viver bem, e por muito tempo, como ele, com pouco, com alguns metros de terra para cultivar seus próprios vegetais.

Robert Goodland (1997, p.293) aponta 13 mudanças de **estilo de vida** que promovem a sustentabilidade ambiental: andar a pé, de bicicleta e transporte de massa prejudicam menos o meio ambiente do que andar de carro; mais cobertores ou suéteres causam menos mal que aumentar o termostato; abrir janelas custa menos do que ligar o ar

condicionado; a insulação custa menos do que acender o forno; reciclar custa menos do que jogar no lixo; durabilidade custa menos do que a obsolescência; as grandes famílias custam mais do que as pequenas; famílias superconsumistas do Norte custam mais do que famílias pobres do Sul; dietas à base de grãos são mais eficientes quanto aos recursos e mais equitativas que o carnivorismo; terrenos agroflorestais com alimentos em vilarejos são mais produtivos do que a comida do *agribusiness*; a prevenção da poluição e do lixo causa menos danos do que seu tratamento; o crescimento intensivo em trabalho custa ambientalmente menos do que o crescimento intensivo em capital; a maioria das energias renováveis danifica menos do que o carvão e o petróleo.

É claro, tudo isso supõe **justiça** e justiça supõe que todas e todos tenham acesso à qualidade de vida, à dignidade, como dizem os zapatistas. Seria cínico falar de redução de demandas de consumo, atacar o consumismo, falar de consumismo aos que ainda não tiveram acesso ao consumo básico. Não existe paz sem justiça.

Diante do possível extermínio do planeta, surgem alternativas numa **cultura da paz** e uma **cultura da sustentabilidade**. Sustentabilidade não tem a ver apenas com a biologia, a economia e a ecologia. Sustentabilidade tem a ver com a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza. A pedagogia deveria começar por ensinar sobretudo a ler o mundo, como nos diz Paulo Freire, o mundo que é o próprio universo, por que é ele nosso primeiro educador. Essa primeira educação é uma educação emocional que nos coloca diante do mistério do universo, na intimidade com ele, produzindo a emoção de nos sentirmos parte desse sagrado ser vivo e em evolução permanente.

Não entendemos o **universo** como partes ou entidades separadas, mas como um todo sagrado, misterioso, que nos desafia a cada momento de nossas vidas, em evolução, em expansão, em interação. Razão, emoção e intuição são partes desse processo, onde o próprio observador está implicado. O paradigma Terra é um paradigma civilizatório. E como a cultura da sustentabilidade oferece uma nova percepção da Terra, considerando-a como uma única comunidade de humanos, ela se torna básica para uma cultura de paz. Existem guerras e violências porque não nos reconhecemos no outro (Ricoeur, 1991).

O universo não está lá fora. Está dentro de nós. Está muito próximo de nós. Um pequeno **jardim**, uma horta, um pedaço de terra, é um microcosmos de todo o mundo natural (De Moore, 2001). Nele encontramos formas de vida, recursos de vida, processos de vida. A partir dele podemos reconceituar nosso **currículo escolar**. Ao construí-lo e ao cultivá-lo podemos aprender muitas coisas. As crianças o encaram como fonte de tantos mistérios! Ele nos ensina os valores da emocionalidade com a Terra: a vida, a morte, a sobrevivência, os valores da paciência, da perseverança, da criatividade, da adaptação, da transformação, da renovação... Todas as nossas escolas podem transformar-se em jardins e professores-alunos, educadores-educandos, em jardineiros. O jardim nos ensina ideais democráticos: conexão, escolha, responsabilidade, decisão, iniciativa, igualdade, biodiversidade, cores, classes, etnicidade, gênero.

Estamos diante do crescimento incessante e paralelo entre a **miséria** e a **tecnologia**: somos uma espécie de sucesso no campo tecnológico, mas muito mal sucedida no **governo do humano**. A Carta da Terra fala explicitamente de “vida sustentável”. Ela tem dado uma grande contribuição

à Deds, à cultura da paz e da sustentabilidade. “Carta” significa “mapa”, um mapa para nos guiar nessa travessia conturbada. A Carta da Terra, nesse sentido, precisa ser considerada como um conjunto de princípios e valores planetários a nos guiar hoje para um mundo onde predominem os valores da solidariedade e da sustentabilidade, um projeto, um movimento, um processo, que pode transformar o risco de extermínio em oportunidade histórica, transformar o temor em esperança. Adotar e promover a prática de seus valores, não pode ser apenas o compromisso de estados e nações, mas de cada ser humano, individual, pessoal, como sujeito da história, como vem promovendo o **Manifesto 2000** da Unesco. Precisamos de uma **cultura de paz** com justiça social para enfrentar a barbárie. Se aceitamos a barbárie, acostumamo-nos a um cotidiano de violência e de insustentabilidade.

## Encontro da educação ambiental com a educação para a sustentabilidade

A **IV Conferência Internacional sobre Educação Ambiental** foi realizada de 24 a 28 de novembro de 2007, no Centro de Educação Ambiental de Ahmedabad (Índia), uma instituição fundada em 1984, no estado de Gujarat, que conta com 48 núcleos regionais em todos os estados da Índia. Participaram dessa Conferência 1.500 pessoas de 97 países. Trinta grupos de trabalho cobriram todos os aspectos do tema geral. Ela foi construída de forma participativa com reuniões preparatórias em Durban (África do Sul), Nova Iorque e Paris.

Em Ahmedabad foram feitas muitas referências a **Tbilisi**. Trinta anos antes (1977), em Tbilisi (Geórgia),

havia sido realizada a I Conferência Internacional sobre Educação Ambiental. Antes de Tbilisi o tema já havia sido levantado na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Estocolmo (1972) e na Conferência de Belgrado (1975). Até Tbilisi a educação ambiental era mais conhecida como educação para a conservação (conservacionismo). Tbilisi deu um passo adiante, consagrando a expressão “educação ambiental”, na visão ampliada que temos hoje. Tbilisi tornou-se um divisor de águas na questão da educação ambiental.

Os anos 60 e 70 foram décadas de questionamento da educação formal e a educação ambiental aparecia como uma educação alternativa ao sistema de ensino. Uma releitura de Rousseau, Froebel, Dewey, Montessori, Steiner e, mais tarde, Freire serviu de base para essa nossa área do conhecimento e da prática pedagógica chamada de “educação ambiental”. Essa diversidade de inspirações e de práticas tornou a educação ambiental um rico campo de estudos, pesquisas e projetos de intervenção.

Em 1987, na II Conferência Internacional sobre Educação Ambiental em **Moscou**, à educação ambiental foi associado o tema da “gestão ambiental”. Esta Conferência deu muita ênfase à educação de gênero. O tema “gênero e meio ambiente” passou a ser um tema também da agenda educacional em geral. Tratou também da educação para o desenvolvimento, para a paz e para os direitos humanos. Logo em seguida veio a Rio-92 onde foi aprovado, pelo Fórum Global de ONGs e dos Movimentos Populares o *Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e a Responsabilidade Global*. A Rio-92 deu muita ênfase a três dimensões interdependentes do desenvolvimento sustentável: *ecologia, economia e sociedade*.

Foi em **Tessalônica** (Grécia), em 1997, onde foi realizada a III Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, que o tema da EDS apareceu, pela primeira vez, associado à educação ambiental, em função da retomada do capítulo 36 da Agenda 21, aprovada na Rio-92. Em 2002, na Rio+10, realizada em Johannesburgo, a educação ambiental foi entendida muito mais como estratégia de governabilidade das questões ambientais, associada às três dimensões do desenvolvimento sustentável defendidas no Rio.

De Tbilisi a Ahmedabad houve um grande avanço teórico e prático. As primeiras preocupações com o meio ambiente estavam mais voltadas para “preservar” a natureza, para “conservá-la”. Depois, o tema central tornou-se a biodiversidade. Esses temas não ficaram no passado, mas agora, frente ao aquecimento global e à crise climática, o tema central da educação ambiental passa a ser o **estilo de vida** das pessoas: se não mudarmos nosso modo de produzir e reproduzir nossa existência, estaremos pondo em perigo toda a vida do planeta.

A **Declaração de Ahmedabad** reflete esse novo contexto. De certa forma ela lembra um pouco a primeira versão da Carta da Terra do Fórum Global da Rio-92, um chamado para a **educação para uma vida sustentável**. Os debates foram dominados pela presença do um pensamento central da obra de Gandhi<sup>8</sup>: “minha vida é minha mensagem”. Sem dúvida, precisamos dar exemplo, precisamos ser

8. De acordo com Kartikeya V. Sarabhai (2007, p.1), “a filosofia da educação de Gandhi trata do desenvolvimento do corpo, da mente e do espírito. Seu conceito de educação tem impactado o quadro geral dos objetivos da educação indiana, com ênfase na autonomia e na dignidade dos sujeitos que formam as bases das relações sociais, caracterizadas pela não-violência no interior da sociedade”.

a mudança que pregamos. A Declaração de Ahmedabad deixa isso claro:

o nosso exemplo é muito importante. Pelas nossas ações, acrescentamos substância e vigor à busca por uma vida sustentável. Com criatividade e imaginação precisamos repensar e mudar nossos valores, nossas escolhas e as ações (...). Precisamos reconsiderar nossos instrumentos, métodos e perspectivas, nossas políticas e nossa economia, nossas relações e parcerias, bem como os próprios fundamentos e objetivos da educação e de como ela se relaciona com o nosso tipo de vida.

A sustentabilidade precisa ser vista a partir de outros pontos de vista. Não só a partir da noção de desenvolvimento.

Em Ahmedabad foi muito debatido o tema do **aquecimento global**, ainda sob o impacto dos relatórios do IPCC. Insistiu-se que, no que se refere a esse tema, o risco é global, mas as soluções são locais, portanto, é onde a educação ambiental pode atuar diretamente. A questão do clima não está separada da do crescimento econômico e este está ligado à relação entre as nações e às demandas por cooperação, equidade e transparência. Saímos de Ahmedabad com a firme convicção de que temos que fazer todos os esforços, enquanto educadores, para mudar a economia global, e a educação pode fazer a diferença. A Declaração de Ahmedabad reflete esses intensos debates sobre economia, desenvolvimento e estilo de vida:

nossa visão é a de um mundo no qual nosso trabalho e estilos de vida contribuam para o bem-estar de toda a vida na Terra. Nós acreditamos que, por meio da educação, os estilos de vida humanos podem conseguir manter a integridade ecológica, econômica e a justiça social, de forma sustentável e com

respeito por todas as formas de vida. Por meio da educação, podemos aprender a prevenir e resolver conflitos, respeitar a diversidade cultural, criar uma sociedade cuidadosa e viver em paz.

E como o estilo de vida foi um tema dominante em Ahmedabad, o **consumo sustentável** teve muita relevância. Não dá para falar em EDS sem falar de educação para o consumo sustentável. O estado de Gujara, na Índia, onde se realizou a IV Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, é um estado essencialmente vegetariano. Debates muito o consumismo e os hábitos alimentares baseados na proteína animal.

Foi lembrado que o consumo de carne é o maior poluidor do planeta. 16 bilhões de animais são necessários hoje para alimentar os consumidores de carne. Em cinco anos dobrou o consumo de carne no mundo. Foi lembrado que a fronteira agropecuária é o principal fator de desmatamento e que um quilo de carne precisa de 15 mil litros de água para ser produzido. Enquanto 14% das emissões de gases do efeito estufa são produzidos pelo transporte, no planeta, 18% das emissões desses gases provêm de animais.

Além do mais, a matança de animais envolve atos de violência contrários ao compromisso que temos com a vida. Toda vida é sagrada. O que comemos se transforma em nós mesmos, no nosso corpo, faz parte de nós. O que comemos reflete na nossa postura diante da vida, no ideal de vida e de mundo que queremos construir. Nosso conceito básico deveria ser a compaixão para com toda a comunidade de vida.

Concluimos que o modelo alimentar dos países ricos não é generalizável pelo simples fato de que precisaríamos

mais de um planeta (necessitaríamos de 2,6 planetas) para alimentar a todos dessa forma. A superfície de terra necessária para produzir proteína animal para todos seria 15 vezes maior do que o espaço necessário para a produção de proteína vegetal. Além da proteína animal ser causadora de numerosas doenças, entre elas, o câncer, a diabete e as doenças cardiovasculares. Por tudo isso, o modelo agrícola está em causa. É preciso inventar um outro que seja mais sustentável, tanto no que se refere à saúde das pessoas quanto à proteção do meio ambiente.

Precisamos comer para sobreviver, mas, diferentemente dos animais, não nos alimentamos por puro instinto. Sentimos prazer ao nos alimentarmos e podemos fazer escolhas. Transformamos o ato de comer num ato muito significativo. Não é uma mera satisfação de uma necessidade instintiva. Comer é também um ato cultural. As sociedades o transformaram num ato social. Há uma variedade enorme de alimentos e há alimentos suficientes para todos os habitantes da Terra. Falta distribuí-los equitativamente.

A melhor escolha da comida é aquela produzida localmente e a pior é a que vem empacotada, de longe, e que produz muito mais lixo (produtos industrializados) e mais custos sociais e ambientais. Trata-se de saber, de conhecer, como os produtos que consumimos foram produzidos. Conhecer todo o sistema de produção alimentar.

Dia 17 de novembro de 2007, o IPCC lançou o seu quarto relatório, uma síntese destinada a líderes políticos, para que tomem as medidas necessárias para enfrentar o aquecimento global. Esse documento reafirma o que já havia sustentado nos relatórios anteriores, que a Revolução Industrial, iniciada em meados do século 18, é um fator determinante para o aumento da concentração de CO<sub>2</sub> na

atmosfera e que provoca o efeito estufa e a elevação da temperatura do planeta. Essa tendência deverá continuar por vários séculos, mesmo que a humanidade controle a emissão de CO<sub>2</sub> e se estabilize a concentração de gases de efeito estufa. O IPCC afirma, textualmente, que “o aumento do nível do mar e o aquecimento são inevitáveis”.

Considerando que vamos ter que conviver, inevitavelmente, com o aquecimento global, mas que precisamos diminuir seus efeitos danosos; considerando que o nosso estilo de vida e, particularmente, a nossa alimentação, tem considerável impacto no aquecimento global; considerando que a EDS e, particularmente, a educação para o consumo sustentável é parte fundamental dessa educação e pode ter um impacto positivo na diminuição da emissão de CO<sub>2</sub>; como educador, propus que reunamos e engajemos o maior número de escolas e estudantes na mudança de estilo de vida, para construir hábitos de uma vida sustentável, particularmente por meio de uma alimentação ecologicamente sustentável. Ainda não utilizamos o potencial organizativo e transformador das escolas. Mais de um bilhão de crianças e jovens estudam hoje no mundo e uma mudança no seu estilo de vida faria uma grande diferença.

De Tbilisi a Ahmedabad ocorreram muitas mudanças no modo de pensar a educação ambiental, agora mais centrada na aprendizagem, no novo impulso às parcerias com a sociedade civil, no próprio conceito de meio ambiente, incorporando a cultura e não só a natureza e a poluição.

Por outro lado, de lá para cá, apesar do empenho de milhões de educadores, a situação atual do planeta piorou, exigindo um esforço ainda maior. Por isso, as **recomendações** de Ahmedabad destacaram a necessidade de um “novo sentido de urgência” e de um “novo paradigma”:

nós não precisamos mais de recomendações para incrementar mudanças; nós precisamos de recomendações que ajudem a transformar nosso sistema econômico e produtivo, e apontem para maneiras de viver radicalmente. Nós precisamos de uma estrutura educacional que não só siga essas transformações radicais, mas também possa liderar esse processo. Isso demanda uma mudança de paradigma. Em todo o planeta, as raízes do nosso atual paradigma educacional remontam à época iluminista, que deu origem à ciência tal como a compreendemos hoje e influenciou todas as áreas do pensamento humano, bem como suas atividades e instituições. Esse paradigma iluminista está baseado na ideia de que o progresso está fundamentado na ciência e na razão, e que ciência e razão podem revelar os mistérios da natureza. Isto nos encoraja a “conhecer” a natureza ao invés de utilizá-la, a transformar e consumi-la para nossas necessidades insaciáveis.

Precisamos redefinir a noção de progresso para sermos felizes e vivermos de forma sustentável e em paz. Porque, como dizia Gandhi, “o mundo tem o suficiente para atender as necessidades de todos, mas não para a ganância de cada um”.

## Sustentabilidade e modelo econômico

Como vimos, estamos consumindo além da capacidade de renovação da Terra. Para alimentar com dignidade a todos os habitantes do planeta, atendendo suas necessidades, precisaríamos de três planetas, segundo os padrões de consumo capitalistas. Hoje os seres supostamente mais educados do planeta são os que mais o destroem, são os maiores depredadores da Terra, pelo seu estilo insustentável de vida<sup>9</sup>. Os países que oferecem maior oportunidade de acesso à educação (supostamente de qualidade) são os países que trazem em

---

9. “As estatísticas nos mostram que, apesar da população de maior renda ter mais acesso a uma educação mais longa e avançada, o seu estilo de vida é o que mais consome os recursos não-renováveis do planeta” (Lindberg, 2007, p.38).

sua história (passada e presente) práticas e valores de profunda destruição da vida no planeta. É preciso entender que a degradação ambiental é fundamentalmente resultado de uma política econômica pensada e praticada pelo primeiro mundo. Em geral, países pobres são julgados e condenados por seu desrespeito ao meio ambiente. Criam em nós a falsa ideia de que a degradação mora no terceiro mundo por responsabilidade e incompetência de nós mesmos. Esquecem de mencionar a história que gerou tal realidade e não destacam o tamanho da responsabilidade dos países mais ricos do planeta.

Algo está ocorrendo com os nossos **sistemas educacionais**. A educação tal qual foi se desenvolvendo, é mais *parte do problema* do desenvolvimento sustentável do que *parte da solução*. A educação reproduz os princípios e valores da economia insustentável. É preciso romper o paradigma, o esquema de procedimentos competitivos, na educação. O modelo dominante de desenvolvimento é regido por uma racionalidade instrumental que foi copiada pelo sistema educativo. A EDS precisa aproveitar-se das contradições existentes no interior dos sistemas educativos e fazer avançar a educação sustentável. Não basta introduzir nesses sistemas o tema da sustentabilidade sem refundar as disciplinas sob uma outra racionalidade, uma racionalidade comunicativa e emancipadora e sem mudar as práticas vividas nesses espaços. Para que os sistemas educativos possam incorporar em seus processos pedagógicos a EDS, precisam, antes de mais nada, educar os sistemas para e pela sustentabilidade.

A EDS é, por excelência, inter e transdisciplinar e intersetorial. A educação não pode ser entendida setorialmente. Nenhum resultado em educação depende só de medidas pedagógicas. A EDS nos remete a outras

campanhas e iniciativas como o combate à Aids, à Década da Alfabetização, aos objetivos da “Educação para Todos” e aos Objetivos do Milênio. A sinergia da EDS com a prevenção do **HIV/Aids** está na ordem do dia quando se refere à educação para uma vida saudável. Nesse campo, a formação precisa começar cedo, tanto no sistema formal quanto na oferta de programas de formação não-formal. O acesso à informação sobre o tema é indispensável, sobretudo para os jovens. Por outro lado, o **Plano de Ação de Dakar** já chamava a atenção para a necessidade urgente de lutar contra o HIV/Aids se quisermos atingir os objetivos da “Educação para Todos”. De um lado, devemos atenuar a repercussão que tem nas escolas a presença de portadores do vírus HIV e, de outro, devemos prevenir a infecção por meio da própria educação nas escolas. Todos sabemos que a infecção cria graves incidências afetivas e econômicas sobre a qualidade de vida das pessoas, tanto na família quanto entre os amigos e as comunidades.

Por outro lado, o HIV afeta a renda das pessoas e causa problemas em relação aos sistemas de seguridade social e cuidado para com a saúde. Por isso, será preciso que os sistemas educativos estejam sempre em relação e colaborem com os setores da economia, da saúde, dos serviços, indústria e agricultura, emprego e desenvolvimento social, para fazer frente às consequências sociais e econômicas da doença. O problema do HIV/Aids deve ser abordado em todos os níveis do ensino de uma forma transdisciplinar e interinstitucional. A EDS poderá ser uma oportunidade a mais na prevenção e no combate a essa doença.

Educar para o desenvolvimento sustentável é também educar para enfrentar o desafio do analfabetismo no mundo. Daí a sinergia com a **Década da Alfabetização** (2003-

2013). Acabar com o analfabetismo começa por colocar todas as crianças na escola. No documento da Década da Alfabetização defende-se o direito à educação pública de qualidade, com atenção especial para as diferenças de gênero e a inclusão social. É importante que a coordenação das diferentes Décadas das Nações Unidas em nível nacional seja feita pelos governos locais em parceria com a sociedade civil. Nos países em desenvolvimento o atraso educacional é enorme e o estado não dará conta sozinho de superar esse atraso.

O documento da Deds sustenta que não existe um modelo universal de EDS. Daí a importância de traduzir esse conceito para as diferentes realidades e de **pedagogias**, como a de Paulo Freire que parte da leitura do mundo, do respeito ao contexto de cada um, que oferece uma *metodologia dialógica* e emancipadora. Na América Latina, por exemplo, deve-se levar em conta a rica tradição da **educação ambiental** e não tentar substituí-la. A Década tem o mérito de recolocar o tema do “desenvolvimento” na agenda mundial e na prática da educação ambiental. Para nós, tanto a educação ambiental quanto a EDS são dimensões da **educação cívica**, cidadã, que é uma educação em valores.

No documento da Década está explícito que a economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada, pela exploração do trabalho, é essencialmente insustentável. **Insustentável** é a pobreza, a fome, a miséria. Insustentável é a guerra e o complexo industrial militar que a alimenta. Insustentável é o atual **armamentismo**, a principal causa do desastre ambiental atual, como afirmou o prêmio Nobel da Paz e atual presidente da Costa Rica, Oscar Arias, na abertura do Encontro Latino-Americano “Construindo uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina”

(San José, 31 de outubro de 2006). O armamentismo não só coloca em perigo as populações como também provoca uma imensa agressão ao meio ambiente. Mesmo em tempo de paz, o armamentismo produz mais emissões de dióxido de carbono do que qualquer outra atividade humana. O **complexo industrial militar** do mundo gasta bilhões de dólares a cada ano na compra de armas e na manutenção dos contingentes de militares, privando as populações mais empobrecidas do mundo da possibilidade de satisfazer suas necessidades e serviços básicos. A produção e a manutenção das armas e a guerra provocam efeitos ambientais catastróficos, além de se constituírem num estado de violação extrema dos direitos humanos. Todos pagamos um elevado custo social para sustentar esse complexo industrial militar capitalista. As forças militares se constituíram no fator mais contaminador do planeta. Nossas prioridades estão simplesmente equivocadas.

Foi esse modelo insustentável que gerou as grandes **crises atuais**, todas elas interligadas:

- *Crise social mundial*: pobreza e exclusão, cruel e sem piedade com os membros da mesma espécie.
- *Crise da água potável*: muitas crianças morrem de doenças causadas pela falta de tratamento do esgoto e da água. A água potável é cada vez mais escassa.
- *Crise de alimentos* que virá com a crise da água.
- *Crise do efeito estufa* (mudanças climáticas). Se essa crise não for superada não haverá nada para compartilhar.
- *Crise energética*: até quando teremos combustíveis não renováveis? O petróleo é hoje o sangue do sistema.

Afirmamos que a EDS é uma grande oportunidade

para a educação ambiental. Sem dúvida, mas, para isso, devemos entender o desenvolvimento a partir de uma visão mais holística, não como puro crescimento vegetativo. Precisamos de uma visão altermundista do desenvolvimento sustentável, uma visão que não separa o econômico do político e do social e da busca de uma existência sustentável. Dessa forma, educar para o desenvolvimento sustentável é educar para um estilo de vida sustentável, muito mais do que educar para um modelo de desenvolvimento nos moldes capitalistas.

A Unesco, no documento da Década, indica um **conjunto de temas** que poderiam dar mais consistência prática a esse conceito e podem nos ajudar a transformar nossos sistemas educacionais, entre eles a pobreza, o desenvolvimento rural, a saúde, o consumo, equidade de gênero, direitos humanos, diversidade cultural, conservação e proteção ambiental, a multiculturalidade. Tanto a educação ambiental quanto a EDS vêm tratando desses temas, sem, contudo, obterem o resultado esperado que é a mudança na qualidade do desenvolvimento humano. Saber como intervir no mundo real continua sendo o grande desafio da Deds. Trata-se de saber como implementar esse conceito em programas de educação formal e não-formal, envolvendo governos, comunidades, o setor privado, os sindicatos, a sociedade civil, a mídia, as agências internacionais etc.

A educação é fundamental para alcançar a sustentabilidade, para criar um futuro mais sustentável. Todas as **disciplinas** e todos os **docentes** podem contribuir para a educação para a sustentabilidade: as matemáticas podem trabalhar com os dados referentes à contaminação ambiental e ao crescimento da pobreza e da desigualdade social; as disciplinas linguísticas podem analisar o papel dos meios de

comunicação e dos anúncios publicitários na formação de hábitos de consumo; a história e as ciências sociais podem discutir o etnocentrismo, o racismo e a desigualdade de gêneros. O que a Unesco poderia fazer, além de promover a difusão, a aprendizagem e a mudança cultural por meio da EDS, seria ainda fortalecer os mecanismos de avaliação e de monitoramento, fazendo balanços anuais, divulgando as boas experiências etc. A sociedade civil é uma forte aliada desse compromisso. Os governos dos estados membros das Nações Unidas, passados dois anos, com raras exceções, ainda não despertaram para a importância da Deds. Espera-se deles maior empenho nos próximos anos.

## Grandes desafios da Década

Os problemas ambientais foram particularmente revelados nesses últimos anos. O filme de Al Gore, *Uma verdade inconveniente*<sup>10</sup>, sobre o aquecimento global, sensibilizou o mundo e chegou a ganhar um Oscar em 2007, mostrando inclusive o quanto o próprio *Protocolo de Quioto* está se revelando absolutamente insuficiente para enfrentar os problemas causados pelo efeito estufa<sup>11</sup>. A sua meta de

10. O filme de Al Gore não fala de valores e de educação. Apenas fala de recomendações técnicas. Não inclui a educação como parte da estratégia. Nisso ele foi também “inconveniente”, mas, sobretudo, limitado no que concerne a estratégias de enfrentamento do aquecimento global.

11. Em dezembro de 2007 foi realizada em Bali, na Indonésia, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Essa Conferência superou o pessimismo inicial porque, na última hora, os Estados Unidos concordaram em assumir o compromisso de reduzir suas emissões após 2012. China, Índia, Brasil e África do Sul também concordaram em tomar medidas, de maneira voluntária, para conter o aumento das emissões.

reduzir, até 2012, as emissões de CO<sub>2</sub> em 5,2% em relação ao patamar de 1990, não evitará as consequências do efeito estufa. O protocolo, mesmo que aplicado integralmente, mal e mal poderá estabilizar o efeito estufa por um certo período, mas não conseguirá evitar o crescente e evidente aquecimento global, sobretudo mantendo o “direito de poluir” dos países industrializados em troca de compra de carbono dos países pobres. Isso acabou transformando o “direito de poluir” numa mercadoria.

— *O mercado de CO<sub>2</sub> pode reduzir o desmatamento?*

— Estimativa dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e do Woods Hole Research Center, dos Estados Unidos, calcula em US\$ 10 (dez dólares) por tonelada de carbono o custo desta redução. Os indígenas e os agricultores poderiam manter suas florestas compensando assim a emissão de carbono de outras atividades poluentes. Países como o Reino Unido estão estabelecendo metas internas oficiais para a redução de emissões de gases de efeito estufa a longo prazo. Entretanto, para alguns, o **crédito de carbono** virou *marketing* empresarial. A comercialização de créditos de carbono virou mais uma *commodity*. Por outro lado, a quantidade de carbono hoje negociada é desprezível em relação à quantidade de carbono emitida por combustíveis fósseis. O problema é reduzir as emissões. Temos que retomar, com vigor, a forma de combater o aquecimento global pelo que denominamos de três “Rs”: reduzir, reciclar e reutilizar.

Os impactos futuros do **aquecimento global** revelados pelos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, no início de 2007, mostram riscos à saúde pública, sobretudo nos países menos desenvolvidos como o Brasil. Nas sociedades

subdesenvolvidas deverá ocorrer aumento dramático de doenças diarreicas e cardiorrespiratórias. Tais enfermidades deverão aumentar o número de óbitos entre as populações mais vulneráveis. Nas regiões mais pobres, os impactos do aquecimento global deverão ser ainda piores:

na metade deste século, os aumentos na temperatura associados à diminuição da água do solo levarão a uma savanização de florestas tropicais (...), à salinização e à desertificação de terras agricultáveis. A produtividade de algumas culturas importantes deverá diminuir e a pecuária declinar. Existe um risco significativo à biodiversidade com a perda de espécies em extinção em florestas tropicais. (Miguel, 2007, p.7)

As previsões do relatório do IPCC são assustadoras: milhões de pessoas expostas a um crescente estresse hídrico, secas, cheias e tempestades, corais ameaçados, alterações nos ecossistemas, impactos negativos sobre as atividades produtivas dos pequenos agricultores e pescadores, tendência à redução de produtividade de cereais em regiões de baixas latitudes.

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável não está alheia a esse contexto.

O grande desafio da Década continua sendo a sua implementação. Continua sendo transformar a **proclamação**, a declaração de princípios, em **demand**a concreta das pessoas. O discurso da proclamação é expositivo, enunciativo, enquanto que o discurso da demanda é mais comunicativo, dialógico. Não basta definir claramente a missão da Década e seus principais objetivos. Nesse momento, o mais importante é criar um **movimento participativo**, que ele próprio irá apontar caminhos e construir as alternativas, em processo, horizontalmente, e não de cima para baixo.

Não basta conhecer os objetivos e o escopo da Década. É preciso que a Década faça parte de um movimento para mudar o mundo. Isso exige mais sensibilidade do que conhecimentos científicos. O significado do processo não emana do conhecimento, do discurso ecológico, mas dos problemas sentidos na vida diária. O **processo** precisa fazer sentido para os participantes. Dessa forma, a Deds é uma verdadeira **convocatória**. Não é um programa, mas um desafio, uma filosofia de vida por uma existência sustentável.

Com a Década, colocamos na agenda mundial também o tema da educação em geral, da educação ambiental e, particularmente, a questão da qualidade da educação como direito público subjetivo para todos e todas. A educação tem um papel importante, mas limitado, diante da mudança do modelo de desenvolvimento econômico. A educação não reverterá, sozinha, a poluição atmosférica, os gases que durante os últimos 150 anos os países mais desenvolvidos jogaram na atmosfera gerando o efeito estufa atual. Mas, certamente, poderá contribuir para formar uma consciência coletiva capaz de reverter o processo de destruição do planeta. A Década representa para os educadores uma oportunidade para conhecer melhor o que precisam saber para salvar o planeta.

A educação é um processo a longo prazo e intersetorial. Por isso representa um espaço privilegiado para **integrações**, um dos grandes objetivos da Década. Mas ela olha também com esperança para dentro dela mesma, esperança principalmente para os 781 milhões de analfabetos jovens e adultos que ainda existem no mundo. A superação do analfabetismo no mundo é um pressuposto, uma pré-condição da EDS.

Os **desafios** para alcançarmos os objetivos da Década

são muitos, mas alguns são particularmente evidentes, tais como:

- repensar os **paradigmas**: diálogo de saberes e ignorância (o que ignoro, o que não sei e preciso saber), diálogo de civilizações;
- reconstrução da **ética** não como parte da filosofia ou das religiões, mas da ética do vivido;
- uma **visão teleológica** da educação: para que educamos? Refundação dos processos educativos com base na sustentabilidade. Se a educação não é crítica, cedo ou tarde torna-se treinamento;
- a **educação ambiental** é um movimento social e um campo do conhecimento. Estudos e pesquisa são indispensáveis nesse campo para uma EDS. Temos um amplo capital político e pedagógico que devemos apresentar à Década da EDS.

Para mudar o paradigma educacional dominante é preciso reconhecer a crise do conhecimento provocada pelo modelo positivista que reduz o meio ambiente a um objeto de estudo. Esse modelo promoveu a destruição do meio ambiente. A EDS deve dar continuidade à educação ambiental que inaugurou uma nova visão do mundo, da relação do homem com o meio ambiente, concebido não como um objeto de estudo apenas, mas como um ser vivo e em evolução que divide, com os seres humanos, o mesmo destino. Por isso, o saber ambiental é ético-político. Não implica apenas possibilitar à humanidade os princípios ecológicos da defesa da natureza, como também implica um novo conceito de mundo, de realidade, intimamente ligada ao ser humano.

A Década é uma oportunidade também para a educação formal em geral. A sustentabilidade pode ser uma categoria fundamental na **reforma dos sistemas educativos** de hoje, ainda baseados numa visão predatória do mundo. A educação ambiental e a EDS, associadas aos direitos humanos, de gênero, direitos democráticos, à paz e à sustentabilidade, constituem eixos fundamentais dessas reformas. Por isso, creio que o objetivo maior da Deds acabará sendo a construção de uma **nova qualidade da educação**, uma qualidade socioambiental, e não só a melhoria da qualidade da educação que aí está. Melhorar o que está aí é dar continuidade ao modelo educativo que vem depredando o planeta pelo menos desde o século 19.

Em 2007, celebramos o vigésimo aniversário do **Relatório Brundtland** (1987), que é um divisor de águas na questão do desenvolvimento sustentável. Esse Relatório sustentou que era possível um equilíbrio dinâmico entre equidade, crescimento e meio ambiente. Ele reconhece, porém, que, para que haja esse equilíbrio, são necessárias profundas mudanças sociais e tecnológicas. O Relatório define – como os três **componentes fundamentais** do desenvolvimento sustentável – a proteção ambiental, o crescimento econômico e a equidade social. Para isso a relação entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas deve mudar. De lá para cá, porém, não houve nenhuma mudança radical nessa relação: continua uma relação de dependência e não de reciprocidade.

Para **monitorar** e **avaliar** o processo da Década é preciso levar em conta seus objetivos e a concepção mesma de EDS. Há uma concepção mais centrada na **educação formal** e outra mais centrada na **educação não-formal**, o que implica o envolvimento, no primeiro caso, mais dos sistemas

de ensino e, no segundo caso, da sociedade civil global, as ONGs e os movimentos sociais. E não podemos nos perder em querelas para saber qual é o setor mais importante. Não creio que o formal e o não-formal sejam realmente paradigmas contraditórios, creio sim que sejam complementares. Uma estratégia não exclui a outra.

Insiste-se muito em ter uma “visão comum” quando, na verdade, precisamos construir essa visão a partir das **práticas**, das boas práticas. Não precisamos estar todos de acordo para começar a agir. Nossos consensos podem se constituir por meio das práticas, por meio de ações comuns, para se chegar a uma “visão comum”. Podemos chegar facilmente a uma visão comum iniciando por expor o que temos em comum. Se sobrar tempo, vamos nos dedicar a aprofundar nossas diferenças. Mas temos muito que fazer ainda para mostrar o que temos em comum, o que já é muito.

## Um chamado para a ação transformadora

O jornalista Antonio Martins, editor do *site* Le Monde Diplomatique Brasil, com base num relatório do Greenpeace, responde que precisamos de uma “revolução energética” (Martins, 2007). Precisamos tanto de uma **revolução política** – que desnaturalize o futuro, que veja o futuro como problemático e não como determinação, entregue à “mão invisível” do mercado – quanto de uma **revolução econômica** – que multiplique as fontes alternativas de energia e altere radicalmente a matriz energética para fontes renováveis (solar, eólica, biomassa, hidrelétrica, geotérmica e oceânica). Hoje utilizamos fontes de energia baseadas 80% em combustíveis fósseis, 13% em combustíveis renováveis

e 7% em combustíveis nucleares. Precisamos aumentar as fontes renováveis para chegar logo a um equilíbrio em que utilizemos, pelo menos, 50% de energia limpa<sup>12</sup>.

O **paradigma energético** que contribuiu para o desenvolvimento industrial moderno está baseado em fontes não renováveis de energia (petróleo, carvão e gás) e numa visão antropocêntrica e individualista do bem-estar dos seres humanos. É um modelo que jamais poderá ser democratizado. Só uma pequena parte da humanidade poderá, neste paradigma, ter acesso a energia. Não é só “impossível” democratizá-lo como também é “indesejável” democratizá-lo, conclui Antonio Martins. O **novo paradigma energético** baseia-se em novos valores, em múltiplas fontes de energia e na associação de pequenos produtores em vez de poucas e gigantescas empresas de energia.

A conclusão é simples: para salvar o planeta precisamos de outro paradigma que permita o acesso de todos à energia de que cada um precisa. Precisamos de uma relação mais sustentável com a natureza: em vez de nos considerar

12. A despeito da atual promoção de um mercado global de etanol, como uma utópica substituição do petróleo, o etanol não é o combustível do futuro. Os agrocombustíveis não são nem limpos e nem verdes; resultam em desflorestamento e causam fome. Os custos do etanol são: poluição da água, monocultura, degradação da terra, contaminação genética, perda da posse da terra dos pequenos proprietários, exploração do trabalho, pobreza e insegurança alimentar. *O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* informa que as agroindústrias no Brasil promovem desflorestamento ilegal para as novas plantações de cana de açúcar, soja e eucaliptos; expulsão de pequenos fazendeiros e concentração da terra; poluição do solo, dos rios e das águas subterrâneas pelo desflorestamento e produtos químicos usados em monoculturas; “desertos verdes” de pobreza (para cada cem hectares de plantação de eucaliptos existem dois empregos mal pagos e dez para a plantação de cana de açúcar).

“senhores” da terra, devemos nos considerar parte dela. E para criar essa nova mentalidade a **educação para o desenvolvimento sustentável** pode contribuir muito.

Ao lado da mudança nos métodos de produção (fabricar veículos não poluentes, por exemplo), é preciso mudar o **padrão de consumo**. A EDS pode contribuir para modificar os hábitos de consumo e de distribuição de energia (poupar água, deixar de usar plásticos descartáveis etc.). Devemos mudar os hábitos atuais de consumo para reduzir o desperdício e o consumo irresponsável.

— *O que a educação pode fazer para salvar o planeta?*

— A Década da Educação para Desenvolvimento Sustentável tem como meta principal influir na mudança curricular, introduzindo nele o tema da sustentabilidade. Alguns países já saíram na frente. Para promover essa mudança, a Escócia criou um “Grupo de Enlace” (Sustainable Development Liaison Group) com a responsabilidade de implementar nos currículos escolares o conceito da sustentabilidade, tornando-os mais flexíveis, envolvendo professores, alunos, pais e comunidades, associando a educação formal e a educação não-formal. A comunidade interna e externa da escola se reúne para discutir o tema e construir **projetos eco-político-pedagógicos** das escolas vinculando educação e sustentabilidade. O resultado é a construção da **ecoescola**.

Como o caso da Escócia vem demonstrando, a responsabilidade nacional é um fator decisivo na promoção a Deds. Precisamos de uma difusão geral de informações sobre a Década para incentivar iniciativas locais e regionais. Precisamos de objetivos políticos claros, de seleção de conteúdos e de uma pedagogia apropriados ao conceito da sustentabilidade. Finalmente, precisamos de materiais e

métodos de ensino-aprendizagem produzidos a partir dos princípios e valores para uma vida sustentável. Uma EDS deve ser holística, transdisciplinar, crítica, construtiva, participativa, enfim, uma educação guiada pelo princípio da sustentabilidade.

Precisamos reorientar os programas educacionais existentes no sentido de promover o conhecimento, as competências e habilidades, princípios, valores e atitudes relacionadas com a sustentabilidade. Uma estratégia concreta para iniciar esse debate dentro de nossas escolas é fazer uma **ecoauditoria** para descobrir em pormenor onde estamos sendo realmente insustentáveis. É muito simples: basta mapear tudo o que fazemos e contrapor o que fazemos ao princípio da sustentabilidade. Na prática não é tão difícil de identificar onde estamos e onde não estamos integrando no nosso currículo, em sentido amplo, os conceitos do desenvolvimento sustentável, tanto na história, quanto nas ciências humanas e no cotidiano das nossas escolas.

Para cada **nível de ensino** devemos adotar estratégias diferentes: no *ensino primário*, por exemplo, nossas crianças precisam vivenciar (as vivências impregnam mais do que o discurso) e precisam conhecer as necessidades das plantas e dos animais, seu *habitat*, como reduzir, reusar e reciclar os materiais utilizados, como manter os ecossistemas ligados às florestas e águas. Num nível mais avançado, precisamos discutir a biodiversidade, a conservação ambiental, as alternativas energéticas e o aquecimento global. Em *nível universitário*, devemos não só difundir informações ambientais, mas produzir novos conhecimentos e fazer pesquisas voltadas para a busca de um novo paradigma de desenvolvimento.

Educar para o desenvolvimento sustentável é educar

para o uso de fontes renováveis de energia, para economizar energia e rever nosso modo de vida. Mas seria falso se insistíssemos apenas na mudança de comportamento das **pessoas**, dos indivíduos, deixando em paz o **sistema**. O desafio é mudar o sistema de vida na Terra, o sistema capitalista. Marx dizia que o capitalismo não esgota apenas o trabalhador. Esgota também o planeta. O modelo capitalista é que está em questão porque é ele que está esgotando tanto as pessoas quanto o planeta.

É importante saber o que cada um de nós pode fazer para “salvar o planeta”. Mas é insuficiente. A responsabilidade individual deve ser associada à luta global pela transformação do sistema capitalista. Podemos ter novas atitudes perante a alimentação, o transporte, a limpeza, a iluminação, a planificação familiar, a redução de demanda de energia doméstica. Há muita energia desperdiçada. Esses comportamentos são indispensáveis, mas essa mudança de comportamento, como vimos, deve atingir a grande produção. O que importa é mudar o sistema. Por isso, devemos prosseguir com as pequenas mudanças que, se seguidas por milhões de pessoas, podem operar uma grande mudança.

O papel da Década é promover a educação como fundamento de **um outro mundo possível**, de uma outra sociedade, mais viável para a humanidade. É, portanto, uma educação essencialmente solidária e não apenas uma educação para um certo tipo de desenvolvimento. Sustentabilidade pressupõe solidariedade e busca do bem comum, uma velha tese liberal pouco colocada em prática pelo liberalismo econômico. Uma EDS é incompatível com o atual estágio de difusão agressiva e promoção planetária veiculada pelos meios de comunicação de um modo de vida insustentável, de um **consumo irresponsável**, promovido pelo capitalismo

insolidário. O êxito da competitividade capitalista representa o fracasso do desenvolvimento sustentável. Nenhuma ação individual e isolada pode ser efetiva.

Fundamentalmente, a Década visa a formar a consciência das pessoas pelos meios de que dispõe. Vai trabalhar, portanto, com princípios e valores éticos relativos à vida sustentável das pessoas e à própria sobrevivência do planeta. Por isso, a Década é, sobretudo, um **chamado para a ação transformadora**, um chamado para a educação popular, para a educação para e pela cidadania planetária, para o diálogo intertranscultural, intertransdisciplinar, para uma cultura da paz e da sustentabilidade que promove o fim da miséria, do analfabetismo no mundo, a dominação política e a exploração econômica, enfim, uma educação para a emancipação.

## Considerações finais

Os problemas ecológicos de hoje são menos problemas dos mares, das florestas e do ar do que problemas das grandes megalópoles, causados pelo modo de produção dominante – comumente chamado de capitalismo neoliberal – como forma de dominação política e de exploração econômica.

É a partir dessa premissa que gostaria de fazer ainda algumas considerações finais, pensando na educação do futuro, uma educação para um outro mundo possível (Gadotti, 2007).

A educação para um outro mundo possível será, necessariamente, uma educação para a sustentabilidade. Não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas: mudar o mundo e mudar

as pessoas são processos interligados. No século 21, numa sociedade que utiliza cada vez mais as tecnologias da informação, a educação tem um papel decisivo na criação de outros mundos possíveis, mais justos, produtivos e sustentáveis para todos e todas.

Em seu livro *Mudar o mundo sem tomar o poder*, John Holloway (2003) nos mostrou que educar para um outro mundo possível é educar para *dissolver o poder*, para democratizá-lo radicalmente. Para ele, uma revolução social hoje deve superar relações de poder e de subordinação pelo reconhecimento mútuo da dignidade de cada pessoa. Mudar o mundo é entender o poder como capacidade de fazer, como serviço, afirmando que “nós” é que podemos mudar o mundo; nós, as “pessoas comuns”, temos a capacidade de mudar o mundo.

Educar para um outro mundo possível é fazer da educação, tanto formal quanto não-formal, um espaço de **formação crítica** e não apenas de formação de mão-de-obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação complementares ao sistema formal de educação e negar a sua forma hierarquizada numa estrutura de mando e subordinação; é educar para articular as diferentes rebeldias que negam hoje as relações sociais capitalistas; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta, portanto, é uma **educação para a sustentabilidade**.

Educar para um outro mundo possível é **educar para viver em rede**, ser capaz de comunicar e de agir em comum, é educar para produzir formas cooperativas de produção e reprodução da existência humana, educar para a autodeterminação. A diversidade é a característica fundamental da humanidade. Por isso, não pode haver um único modo

de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta. O que há de comum é a diversidade humana. A diversidade humana impõe a necessidade de construir a **diversidade de mundos**. A um pensamento único não devemos opor outro pensamento único. Educar para um outro mundo possível não é educar para um único mundo possível, mas educar para outros mundos possíveis. A educação tecnicista moderna perdeu a humanidade, perdeu a abertura para o outro. Educar para um outro mundo possível é educar para re-humanizar a própria educação.

Não fomos educados para ter uma consciência planetária e sim a consciência do estado-nação (Michael Hardt & Antonio Negri, 2001). Os sistemas nacionais de educação nasceram como parte da constituição do estado-nação. A escola atual é resultado do pensamento da modernidade (Hegel e Marx), modelada pelos estados-nação e não pelo pensamento da era da globalização/planetarização. Educar para um outro mundo possível exige dos educadores um compromisso pela desmercantilização da educação e uma postura ético-eco-político-pedagógica de escuta do universo, do qual todas e todos fazemos parte. Os educadores não devem dirigir-se apenas a alunos ou educandos, mas aos habitantes do planeta, considerando-os, todos e todas, cidadãos da mesma Matria (O’Sullivan, 1999; Boff, 1995).

A Terra é nossa primeira grande educadora. Educar para um outro mundo possível é também educar para encontrar nosso lugar na história, no universo. É educar para a paz, para os direitos humanos, para a justiça social e para a diversidade cultural, contra o sexismo e o racismo. É educar para a **consciência planetária**. É educar para que cada um de nós encontre o seu lugar no mundo, educar para pertencer a uma comunidade humana planetária, para sentir

profundamente o universo.

É educar para a **planetarização** e não para a **globalização**. Vivemos num planeta e não num globo. O globo refere-se à sua superfície, a suas divisões geográficas, a seus paralelos e meridianos. O globo refere-se a aspectos cartoriais, enquanto o planeta, ao contrário dessa visão linear, refere-se a uma totalidade em movimento. A Terra é um superorganismo vivo e em evolução. Nosso destino, enquanto seres humanos, está ligado ao destino desse ser chamado Terra. Educar para um outro mundo possível é educar para ter uma relação sustentável com todos os seres da Terra, sejam eles humanos ou não.

É educar para viver no cosmos – educação planetária, cósmica e cosmológica –, ampliando nossa compreensão da Terra e do universo. É educar para ter uma **perspectiva cósmica**. Só assim poderemos entender mais amplamente os problemas da desertificação, do desflorestamento, do aquecimento da Terra e dos problemas que atingem humanos e não-humanos. Os **paradigmas clássicos**, arrogantemente antropocêntricos e industrialistas, não têm suficiente abrangência para explicar essa realidade cósmica. Por não ter essa visão holística, não conseguiram dar nenhuma resposta para tirar o planeta da rota do extermínio e do rumo da cruel diferença entre ricos e pobres. Os paradigmas clássicos estão levando o planeta ao esgotamento de seus recursos naturais. A crise atual é uma crise de paradigmas civilizatórios. Educar para um outro mundo possível supõe um novo paradigma, um paradigma holístico.

- ABONG, 2002. *Desenvolvimento e direitos humanos: diálogos no Fórum Social Mundial*. São Paulo: Peirópolis.
- ABRAHAN, Guillen, 1988. *Economia libertaria: alternativa para un mundo en crisis*. Bilbao: Anselmo Lorenzo.
- ACSELRAD, Henri, 1999. *Sustentabilidade e desenvolvimento: modelos, processos e relações*. Rio de Janeiro: Fase, Série “Cadernos de Debate Brasil sustentável e democrático”, n. 5.
- ALIER, Joan Martínez, 2007. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto.
- AMARAL, Marta Teixeira do, 2007. A dimensão ambiental na cultura educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, MEC/Inep, vol. 88, n. 218, jan. abr., p.107-121.

- ANDRADE, Lícia; Geraldo Soares e Virgínia Pinto, 1995. *Oficinas ecológicas: uma proposta de mudanças*. Petrópolis: Vozes.
- ANTUNES, Ângela, 2002. *Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade*. Tese de Doutorado, São Paulo: Feusp.
- APPLE, Michael W., 2003. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá e Flávio Camargo Schuch, 2006. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- BAUDRILLARD, Jean, 1995. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos.
- BAUMAN, Zygmunt, 1999. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt, 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar
- BECK, Ulrich, 1994. *Risk society*. London: Sage.
- \_\_\_\_\_, 2004. *Que és la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Buenos Aires: Paidós.
- \_\_\_\_\_, 2004a. *Poder y contra-poder en la era global: la nueva economía política global*. Barcelona: Paidós.
- BERRY, Thomas, 1988. *The Dream of the Earth*. San Francisco: Sierra Club Books.
- BERRY, Thomas, 1999. *The Great Work: our Way into the Future*. New York: Bell Tower.
- BOFF, Leonardo, 1994. *Nova era: a civilização planetária*. São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_, 1995. *Princípio-Terra: volta à Terra como pátria comum*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_, 1996. *Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_, 1999. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis, Vozes.
- BORY-ADAMS, Aline, 2007. We have to respect the different pace chosen by each country. *Unesco Today*, Journal of the German Commission for Unesco, Bonn, 2007, p.41-46.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, 2005. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- \_\_\_\_\_, 2008. *Minha casa, o mundo*. Aparecida (SP): Ideias e Letras.
- BRASIL, Senado Federal do, 2000. *Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Senado Federal.
- BRASIL, Governo do, 1999. *Política nacional de educação ambiental – Lei n° 9.795 de 27 de abril de 1999*. Brasília: Governo do Brasil.

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, 1997. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação, 2004. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. 2. ed. Brasília: Governo do Brasil.
- BROWN, Lester, 2004. *Salvar el planeta: plan B, ecología para un mundo em peligro*. Barcelona: Paidós.
- BURSZTYN, M. (org.), 1993. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense.
- BUSCH, Anne, 2007. *Education for Sustainable Development in the EU – Education Programmes Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci and Grundtvig*. Luneburg: Universität Luneberg.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil, 2006. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas: Papirus.
- CARIDE, J. e P. Meira, 2004. *Educação ambiental e desenvolvimento humano*. Lisboa: Instituto Piaget.
- CARSON, R., 1962. *Silent Spring*. Boston: Houghton-Mifflin.
- CARTEA, Pablo Ángel Meira, 2006. Elogio de la educación ambiental. *Trayectorias*, Revista de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma de Nuevo León (México), ano VIII, n. 20-21, jan. ago., p.41-51.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura, 2007. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.
- CASCINO, Fábio, 1999. *Educação ambiental: princípios, história, formação de professores*. São Paulo: Senac.
- CASCINO, Fábio, Pedro Jacobi e José Flávio de Oliveira (orgs.), 1998. *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
- CATTANI, Antonio David (org.), 2003. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- CAVALCANTI, Clóvis (org.), 1998. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_, 1997. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- CEPAL, 1990. *Transformación productiva con equidad*. Santiago: Cepal.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- COMÍN, P. & FONT, B., 1999. *Consumo sostenible*. Barcelona: Icaria.
- CORAGGIO, José Luis, 1996. *Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da Educação para Todos*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.
- \_\_\_\_\_, 2004. *La gente o el capital: desarrollo local y economía del trabajo*. Buenos Aires: Espacio.

- CORCORAN, Peter Blaze, Mirian Vilela e Alide Roerink (orgs.), 2005. *The Earth Charter in Action: toward a sustainable world*. Amsterdam: KIT Publishers.
- CORTINA, Adela, 1997. *Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid: Alianza.
- CORTINA, Adela et alii, 1998. *Educar en la justicia*. Valencia: Generalitat Valenziana.
- DAVIDSON, Eric A., 2000. *You can't eat GNP: Economics as if Ecology Mattered*. Cambridge: Perseus.
- DE MOORE, Emily A., 2000. O jardim como currículo: valores educacionais para a sustentabilidade. *Revista Pátio*. Porto Alegre, Artmed, n. 13, jan. jul., p.11-15.
- \_\_\_\_\_, 2001. *Seeds of the Future: The Garden as Primary Educator for Ecological Sustainability & Transformation* (mimeo, 5 páginas). Texto enviado pela autora por e-mail.
- DELORS, Jacques et alii, 1999. *Educação: um tesouro a descobrir; Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 3. ed. São Paulo: Cortez.
- FAURE, Edgar, 1977. *Aprender a ser*. São Paulo: Difusão Editorial do Livro.
- FINLAND, 2006. A National Strategy and Guidelines 2006-2014 for education for sustainable development. Disponível em [www.minedu.fi/julkaisut/koulutus/2006/tr07/tr07.pdf](http://www.minedu.fi/julkaisut/koulutus/2006/tr07/tr07.pdf). Acessado em maio de 2006.
- FÓRUM GLOBAL 92, 1992. *Tratados das ONGs*, aprovados no Fórum Internacional das Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global ECO 92. Rio de Janeiro: Fórum das ONGs.
- FREIRE, Paulo, 1992. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_, 1997. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_, 2000. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp.
- FREITAS, Mário, 2007. A década de educação para o desenvolvimento sustentável: do que não deve ser ao que pode ser. PNUMA, 2007. *Perspectivas de la Educación Ambiental em Iberoamérica: Conferencias del V Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental*. Joinville (SC, Brasil), 5 al 8 de abril de 2006. México: Pnuma, p.125-139.
- FURTADO, Celso, 1974. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GADOTTI, Moacir, 2000. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artmed.
- \_\_\_\_\_, 2001. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis.
- \_\_\_\_\_, 2007. *Educar para um outro mundo possível*. São Paulo: Publisher Brasil.

- GADOTTI, Moacir e Francisco Gutiérrez (orgs.), 1993. *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez.
- GAIGER, Luis Inácio (2003). *A economia solidária frente a novos horizontes*. São Leopoldo: Unisinos.
- GARCIA, E., 2004. *Educación ambiental, constructivismo y complejidad*. Sevilla: Diada.
- \_\_\_\_\_, 2004a. *Medio ambiente y sociedad*. Madrid: Alianza.
- GAUDIANO, Edgar González, 2007. *Educación ambiental: trayectorias, rasgos y escenarios*. México: Instituto de Investigaciones Sociales.
- GAUDIANO, Edgar González (org.), 2007. *La educación frente al desafío ambiental global: una visión latinoamericana*. México: Crefal.
- GERMAN COMMISSION FOR UNESCO, 2005. *National Plan of Action for Germany*. Bonn: German Commission for Unesco, October.
- GERMANY, Federal Republic of, 2004. *National Plan of Action for Germany: United Nations Decade of Education for Sustainable Development*. Berlin: Federal Ministry of Education.
- GOODLAND, Robert, 1997. Sustentabilidade ambiental: comer melhor e matar menos. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.), 1997. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, p.271-298.
- GUHA, Ramachandra, 2000. *Environmentalism: a Global History*. Oxford: Oxford University Press.
- GUIGUE, Bruno, 2001. *L'économie solidaire: alternative ou palliatif?* Paris: L'Harmattan.
- GUIMARÃES, Mauro, 2000. *Educação ambiental: no consenso, um embate?* Campinas: Papirus.
- GUIMARÃES, Mauro (org.), 2006. *Caminhos da educação ambiental: da forma à ação*. Campinas: Papirus.
- GUTIÉRREZ, Francisco & PRADO, Cruz, 1989. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez.
- HAAN, Gerhard de, 2007. Education for Sustainable Development: a new field of learning and action. *Unesco Today*, Journal of the German Commission for Unesco, Bonn, 2007, p.6-10.
- \_\_\_\_\_, 2007a. *ESD Guide, Secondary Level: Justifications, Competences, Learning, Opportunities*. Berlin: Frie Universität.
- HABERMAS, Jurgen, 1984. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (Original de 1961).
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, 2001. *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- HOLLOWAY, John, 2003. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Viramundo.

- HUCKEL, J. & STERLING, S., 1996. *Education for Sustainability*. London: Earthscan.
- HUCKLE, John & STERLING, Stephen R. (orgs.), 1996. *Education for sustainability*. London: Earthscan.
- HUTCHISON, David, 1999. *Educação ecológica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- IANNI, Octavio, 1996. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IKEDA, Daisaku, 2002. *The humanism of the Middle Way: Dawn of a Global Civilization*. Tokyo: The Soka Gakkai.
- ILLICH, Ivan, 1973. *Énergie et équité*. Paris: Seuil.
- IUCN, UNEP and WWF, 1980. *World conservation strategy*. Amsterdam: Noord-Hollands Uitgeversmaatschappij.
- JACKSON, J.T. Ross, 1996. *The Earth is our Habitat: proposal for a support Eco-Habitats as living examples of Agenda 21 Planning*. Copenhagen: Gaia Trust and The Global Eco-Village Network.
- JACOBI, Pedro (org.), 1999. *Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinaridade*. São Paulo: Annablume.
- JAPAN, 2006. *Japan's Action Plan for the UN-DEDS*. Japanese National Commission for Unesco, March.
- KAIVOLA, Taina & ROHWEDER, Liisa (eds.), 2007. *Towards Sustainable Development in Higher Education – Reflections*. Helsinki: Ministry of Education.
- KEINER, M., 2005. *History, definition(s) and models of 'sustainable development'*. Zurich: ETH.
- KOLBERT, Elizabeth, 2008. *Planeta Terra em perigo: o que está, de fato, acontecendo no mundo*. Rio de Janeiro: Globo.
- LAVILLE, Jean-Louis, 1999. *Une troisième voie pour le travail*. Paris: Desclée de Brouwer.
- LEFF, Enrique (org.), 2000. *Complexidad ambiental*. México: Siglo XXI.
- LEFF, Enrique, 1998. *Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. México: Siglo XXI.
- LEICHT, Alexander, 2005. Learning Sustainability – the UN Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014) in Germany: an International Education Initiative. *Unesco Today*, Journal of the German Commission for Unesco, Bonn, p.26-31.
- LEIS, Héctor Ricardo, 2000. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes.
- LEVY, Pierre, 2001. *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. São Paulo: Trinta e Quatro.
- LINDBERG, Carl, 2007. The need to take responsible and long-term decisions. *Unesco Today*, Journal of the German Commission for Unesco, Bonn, p.37-40.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B., 2004. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.), 2006. *Pensamento complexo, dialética e Educação ambiental*. São Paulo: Cortez.

- LOUREIRO, Carlos Frederico B., 2007. *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, Philippe Pomier Layrargues e Ronaldo Souza de Castro (orgs.), 2005. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez.
- LOUREIRO, Isabel, José Corrêa Leite e Maria Elisa Cevasco (orgs.), 2003. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra.
- MAHESHVARANANDA, Dada, 2003. *Após o capitalismo: uma visão de Prout para um novo mundo*. Belo Horizonte: Proutista Universal.
- MARTINS, Antonio, 2007. A possível revolução energética. *Revista Fórum*, São Paulo, maio, p.30-33.
- MATTELART, Armand, 2002. *História da utopia planetária*. Porto Alegre: Sulina.
- McKEOWN, R. 2002. *Education for Sustainable Development*. Toolcet (USA): University of Tennessee.
- MEADOW, D. et al., 1974. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books (First edition: 1972).
- MEADOWS, D.H. et al., 1972. *Os limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva.
- MEADOWS, D.H. et al., 1992. *Beyond the limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future*. Vermont (USA): Chelsea Green.
- MEADOWS, Donella H., Jorgen Randers and Dennis L. Meadows. 2004. *Limits to Growth: The 30 year Update*. Vermont (USA): Chelsea Green.
- MÉSZÁROS, István, 2005. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- MIGUEL, Sylvia, 2007. O futuro climático da América Latina. *Jornal da USP*, São Paulo, 16 a 22 de abril, p.6-7.
- MINC, Carlos, 1998. *Ecologia e cidadania*. São Paulo: Moderna.
- MORIN, Edgar e Anne Brigitte Morin, 1993. *Terre-Patrie*. Paris: Seuil.
- NACIONES UNIDAS, Consejo Económico y Social, 2005. *Estrategia de la CEPE de Educación para el Desarrollo Sostenible*. Naciones Unidas/CES.
- NICOLESCU, Basarab et al., 2000. *Educação e transdisciplinaridade*. Brasília: Unesco.
- O'SULLIVAN, Edmund, 2004. *Aprendizagem transformadora: uma visão educacional para o século XXI*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.
- PADILHA, Paulo Roberto, 2004. *Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire.
- PALMER, Joy A., 2006. *50 grandes ambientalistas: de Buda a Chico Mendes*. São Paulo: Contexto.

- PELLIZZOLI, Marcelo Luiz, 1999. *A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI*. Petrópolis: Vozes.
- PENNA, C. G., 1999. *O estado do planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental*. Rio de Janeiro: Record.
- PEPPER, David, 1992. *Socialismo ecológico: da ecologia profunda à justiça social*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PÉREZ, José Gutiérrez & POZO, María Teresa, 2006, Stultifera navis: celebración insostenible. *Trayectorias*, Revista de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma de Nuevo León (México), ano VIII, n.º 20-21, jan. ago., p.25-40.
- PEZZEY, J. 1998. *Definitions on sustainability*. London: Ceed.
- PINEAU, Gaston, 1992. *De l'air: essai sur l'écoformation*. Paris: Païdeia.
- PLAMER, Joy A., 1998. *Environmental Education in the 21st Century: Theory, Practice, Progress & Promise*. London: Routledge.
- PNUMA, 2007. *Perspectivas de la Educación Ambiental en Iberoamérica: Conferencias del V Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental*. Joinville (SC, Brasil), 5 al 8 de abril de 2006. México: Pnuma.
- RAZETO MIGLIANO, Luis, 2001. *Desarrollo, transformación y perfeccionamiento de la economía en el tiempo* (Libro cuarto de "Economía de solidaridad y mercado democrático"). Santiago: Universidad Bolivariana.
- REIGOTA, Marcos, 2003. *A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna*. São Paulo: Cortez.
- RICOEUR, Paul, 1991. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus.
- ROBERTS, Carolyn and Jane Roberts, 2007. *Greener by Degrees: Exploring Sustainability through Higher Education Curricula*. Gloucestershire (UK): University of Gloucestershire.
- SACHS, Ignacy, 1986. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- \_\_\_\_\_, 2007. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez.
- SALGADO, Sebastião, 2000. *Exodo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1995. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_, 2005. *Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.), 2002. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Milton, 1997. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_, 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.

- SARABHAI, Kartikeya V. and Preeti R. Kanaujia, orgs. 2007a. *Environmental Education in the Indian School System: Status Report 2007*. Ahmedabad: CEE.
- SARABHAI, Kartikeya V., Mamata Pandya and Rajeswari Namagiri, 2007. *Tbilisi to Ahmedabad: The Journey of Environmental Education: A Soucebook*. Ahmedabad: CEE.
- SATO, Michele e Isabel Carvalho (orgs.), 2005. *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed.
- SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich, 1999. *O futuro ecológico como tarefa da filosofia*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- SCOTT, William and Stephen Gough, 2003. *Sustainable Development and Learning: Framing the Issues*. London: Routledge.
- SCOTT, W.; REID, A.D.; NIKEL, J., 2007. *Indicator for Education for Sustainable Development: a report on perspectives, challenges, and progress*. Anglo-German Foundation for the Study of Industrial Society. Disponível em [www.agf.org.uk/pubs/pdfs/51515web.pdf](http://www.agf.org.uk/pubs/pdfs/51515web.pdf).
- SCOTTO, Gabriela, Isabel Cristina de Moura Carvalho e Leandro Belinaso Guimarães, 2007. *Desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes.
- SEN, Amartya, 2000. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, Paul, 1998. *Uma utopia militante: repensar o socialismo*. Petrópolis: Vozes.
- SINGER, Paul, 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SOROS, George, 1999. *A crise do capitalismo*. Rio de Janeiro: Campus.
- TAMARIT, José, 1996. *Educar o soberano: crítica ao iluminismo pedagógico de ontem e de hoje*. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire.
- TELLEGEN, Egbert, 2006. *Sociology and Sustainable Development*. Amsterdam: Universiteit Amsterdam.
- THOREAU, Henry David, 2001. *Walden ou a vida nos bosques e a desobediência civil*. São Paulo: Aquariana.
- TRAJBER, Raquel e Lúcia Helena Manzochi (coord.), 1996. *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*. São Paulo: Gaia.
- TRIGUEIRO, André (org.), 2003. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante.
- UNESCO BANGKOK, 2005. *Working paper: Asia-Pacific Regional Strategy for Education for Sustainable Development – UN Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014)*. Bangkok: Unesco Bangkok.
- UNESCO, 1999. *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada*. Brasília: Unesco/Ibama.

- UNESCO, 2005. *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)*. Brasília: Unesco.
- \_\_\_\_\_, 2005a. *UNESCO and Sustainable Development*. Paris; Unesco.
- \_\_\_\_\_, 2006. *Education for Sustainable Development Toolkit*. Paris: Unesco.
- \_\_\_\_\_, 2006a. *Framework for the UNDES International Implementation Scheme*. Paris: Unesco.
- UNESCO, 2007. *Framework for a DESD Communication Strategy in support of the UN Decade of Education for Sustainable Development*. Paris: Unesco.
- \_\_\_\_\_, 2007a. *Good Practices in Teacher Education Institutions*. Paris: Unesco.
- UNESCO, German Commission for, 2006. *Education for sustainable development worldwide*. Bonn: German Commission for Unesco.
- UNESCO/CENTRO DA CARTA DA TERRA de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2007. *Encuentro Latinoamericano Construyendo una Educación para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe*. San José (Costa Rica): Unesco/Carta de la Tierra Internacional.
- UNESCO/EARTH CHARTER INTERNACTIONAL, 2007. *Good Practices in Education for Sustainable Development: Using the Earth Charter*. Paris: UNESCO/ EARTH CHARTER INTERNATIONAL.
- UNESCO/UNEP, 2002. *Youthxchange – Towards sustainable lifestyles: Training kit on responsible consumption*. Paris: Unesco/Unep.
- UNICEF, 1997. *Desarrollo sostenible: un derecho de la niñez*. Nueva York: Unicef.
- VEYRET, Yvete, 2007. *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- WACKERNAGEL, M. and W. Rees, 1996. *Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth*. Gabriola Island, BC (Canada): New Society Publishers.
- WADE, Ros e Jenneth Parker, 2007. *Background discussion paper for UNESCO/EFA – ESD Dialog*. Paris: Unesco, Meeting of DESD Reference Group, September.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 2002. Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e práxis novamente. In: CAVASCO, M.E.; LEITE, J.C. & LOUREIRO, I. (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, pp.15-39.
- WALS, Arjen E.J. (ed.), 2007. *Social learning: towards a sustainable world*. Wageningen: Wageningen Academic.
- WCED, 1987. *The World Commission on Environment and Development: Our common future*. Oxford: Oxford University.
- ZIACA, Yolanda (org.), 2003. *Educação ambiental: seis propostas para agirmos como cidadãos*. São Paulo: Instituto Polis.



A categoria sustentabilidade tem um grande potencial educativo, ainda não suficientemente explorado, tanto na educação formal, quanto na educação não-formal. Sustentabilidade é o sonho de bem viver, equilíbrio dinâmico com o outro e com a natureza, harmonia entre os diferentes. Ela implica respeito à vida, cuidado diário para com o planeta e para com toda a comunidade da vida. Ela se opõe a tudo o que sugere egoísmo, injustiça, dominação política, exploração econômica.

Educar para a sustentabilidade é educar para uma vida sustentável. A sustentabilidade apóia-se na planetaridade, isto é, na visão do planeta Terra como um superorganismo vivo e em evolução, a Terra vista como uma única comunidade, nossa casa, nossa pátria. Essa cosmovisão ecológica nos permite entender mais amplamente os problemas da desertificação, do desflorestamento, do aquecimento global e dos problemas que atingem hoje humanos e não-humanos.



Ed,L

Editora e Livraria  
Instituto  
Paulo Freire